

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Matheus Soares Ferreira

**DOMINAÇÃO EXTERNA, CAPITALISMO DEPENDENTE E SOCIEDADE DE
CLASSES NA AMÉRICA LATINA: REFLEXÕES A PARTIR DAS CATEGORIAS
DE FLORESTAN FERNANDES**

JUIZ DE FORA
2018

Matheus Soares Ferreira

**DOMINAÇÃO EXTERNA, CAPITALISMO DEPENDENTE E SOCIEDADE DE
CLASSES NA AMÉRICA LATINA: REFLEXÕES A PARTIR DAS CATEGORIAS
DE FLORESTAN FERNANDES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Gestão Pública e Políticas Sociais, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cristina Simões Bezerra

JUIZ DE FORA
2018

AGRADECIMENTOS

Se até aqui eu pude chegar, foi porque aos meus esforços se somaram outros tantos, de tantos amigos, de tantos familiares, de tantos companheiros, de tantos mestres, e de multidões tantas que eu próprio nem posso alcançar. Se ainda for verdade o verso cabralino, se “um galo sozinho não tece uma manhã”, o que posso eu fazer senão juntar-me aos que constroem a vida futura? Se, por acaso, Drummond estiver certo: “Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”, o que posso eu fazer senão, unindo-me à marcha desse povo, partilhar de seu trabalho e agradecer por minha luta?

Um agradecimento especial:

À minha família que me apoiou como pôde, dando-me escola, apontando-me os caminhos do trabalho, acolhendo-me nas angústias e confrontando-me com as lições da vida diária. Aos meus pais e avós, um abraço de filho.

Aos amigos que reuni ao longo da caminhada, àqueles com que se pode “conversar do igual ao igual e desarmado”. Dou-lhes um abraço apertado. Certos tipos acumulam ouro, eu da minha parte escolhi ter amigos. Um abraço fraterno ao Tomás, amigo de conversar sobre tudo; ao Rodrigo, ao Luquinhas e ao Filipe, amigos e camaradas de luta; à Julia, amiga que ganhei durante o mestrado; ao Bruno, amigo, companheiro e professor.

Aos companheiros com quem tive a honra de construir o Levante Popular da Juventude e a Consulta Popular, aprendendo diariamente com a pedagogia do exemplo. Ensinaaram-me a crer verdadeiramente em minhas ideias e a nutrir grande confiança nas potencialidades do povo brasileiro. Pelos anos vividos e pelas marcas deixadas, um abraço afetuoso às companheiras Luiza Ventura, Berenice Alves, Verônica Medeiros, Maiara Batista, Lorhana Lopes, Lilian Souza. O amanhã terá de ser construído com as mulheres e os homens de hoje.

Aos mestres e professores que abriram tantos e tantos universos novos. Não há como imaginar o nascimento da consciência crítica, sem parteiras que lhe possam dar a vida. Reconheço a seriedade do trabalho do professor Rodrigo, entre eles seu esforço em difundir a teoria marxista da dependência. Agradeço imensamente ao entusiasmo e às contribuições teóricas do professor Eduardo Mara. E, sobretudo, faço dessas palavras um abraço fraterno à professora Cristina, que

reúne as mais belas qualidades humanas e intelectuais, e a quem devo sincera gratidão pela confiança em mim depositada.

À Universidade Pública e ao povo brasileiro que com seu trabalho a constrói, sem os quais nada disso teria sido possível.

*“E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas*

*E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar*

*“É tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos
É tão bonito quando a gente vai à vida
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração.”*

Gonzaguinha, Caminhos do Coração

RESUMO

O presente estudo procurou abrir um quadro de análise em que as categorias da dominação externa, do capitalismo dependente e da sociedade de classes fossem tratadas segundo as múltiplas determinações que as vinculam umas às outras no contexto da América Latina. Um primeiro aspecto a ser enfatizado, consiste em que nossa reflexão teórica buscou fundamentar-se nos pressupostos históricos que se encontram na raiz da formação do capitalismo dependente. Por essa razão é que iniciamos o nosso trabalho pela temática da colonização latino-americana, entendida como um padrão de dominação externa e de exploração econômica, segundo a concepção de Florestan Fernandes. Em seguida, ao remontá-la [a colonização] como um movimento da história que produziu as determinações de origem do capitalismo clássico nas nações hegemônicas, foi possível identificar a existência de sua variante latino-americana, bem como descrever as características estruturais e funcionais que distinguem os dois casos. Concomitantemente, fizemos apontamentos sobre as configurações que a economia, a sociedade e o Estado tendem a assumir nos diferentes modelos. Por fim, procuramos compreender as diferentes determinações, internas e externas, econômicas e extra-econômicas, que definem o caráter dependente, periférico e subdesenvolvido do capitalismo latino-americano.

Palavras-chaves: Dominação externa; capitalismo dependente; sociedade de classes; Florestan Fernandes

ABSTRACT

The present study sought to open a framework of analysis in which the categories of external domination, dependent capitalism and class society were treated according to the multiple determinations that bind them to each other in the context of Latin America. A first aspect to be emphasized is that our theoretical reflection sought to be based on the historical presuppositions that are at the root of the formation of dependent capitalism. For this reason, we began our work on the theme of Latin American colonization, understood as a pattern of external domination and economic exploitation, according to Florestan Fernandes's conception. Then, by reassembling it as a movement of history that produced the determinations of origin of classical capitalism in the hegemonic nations, it was possible to identify the existence of its Latin American variant, as well as to describe the structural and functional characteristics that they distinguished the two cases. Concomitantly, we made notes on the configurations that the economy, society and the State tend to assume in the different models. Finally, we seek to understand the different determinations, internal and external, economic and extra-economic, that define the dependent, peripheral and underdeveloped character of Latin American capitalism.

Keywords: External domination; dependent capitalism; class society; Florestan Fernandes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1: - SOBRE A COLONIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA.....	17
1.1.Reflexões sobre o sentido da colonização.....	17
1.2.Reflexões acerca da dominação externa e da formação do capitalismo dependente na América Latina.....	26
CAPÍTULO 2: - SOBRE O ESTADO NACIONAL E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE.....	38
2.1. Apontamos teóricos acerca da categoria Estado.....	38
2.2.Apontamentos sobre desenvolvimentismo e neoliberalismo no quadro do capitalismo dependente.....	46
CAPÍTULO 3: – DO CAPITALISMO CLÁSSICO AO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS E CARACTERÍSTICAS TÍPICAS.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
BIBLIOGRAFIA.....	89

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado, que leva o título “Dominação externa, capitalismo dependente e sociedade de classes na América Latina: Reflexões a partir das categorias de Florestan Fernandes” tem como objeto de estudo o processo de emergência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Buscamos analisar os traços típicos das configurações econômicas e societárias que o capitalismo dependente engendra. Ademais, adotamos uma perspectiva totalizadora, no sentido de que procuramos abranger os pressupostos históricos que se encontram na raiz desse modelo de capitalismo, bem como analisá-lo sob o ponto de vista da dominação externa e suas determinações na economia e sociedade latino-americanas.

As discussões apresentadas no presente trabalho aparecem como resultado do esforço que fiz para abrir ao máximo o raio de minhas investigações. É certo que esse movimento inicial de empreender um vôo panorâmico sobre o conjunto da realidade terá de se encontrar, naturalmente, com a obrigação imposta de apresentar um objetivo que seja o foco das investigações. Essa exigência, no entanto, não poderia significar, da nossa parte, uma acomodação da curiosidade científica que move todo intelectual e, tampouco, uma restrição de seu dever de formular um conhecimento racional sobre o mundo em sua totalidade. Desse modo, para parafrasear Hegel, fizemos elevar o nosso ponto de vista sobre a totalidade do bosque para não correremos o risco de nos perdermos na particularidade ou na contingência de um ou outro tema.

Com efeito, como o tempo do mestrado não é dos maiores, fizemos a opção de estudar certos temas que nos pareciam estratégicos no caminho para assomar a um conhecimento razoável acerca da temática da dominação externa, do desenvolvimento capitalista dependente e da formação da sociedade de classes no Brasil. Assim foi que perpassamos por temáticas que foram desde o sentido da colonização à integração da América Latina ao mercado mundial, passando pelos modelos de economia dependente e pelas fases e formas da dominação externa que se objetivaram na região, até chegar na formação das classes sociais e do Estado sob o capitalismo dependente. Esses temas, embora não tenham sido

tratados por mim em um texto único, escrito de forma monolítica, foram desenvolvidos com a intenção de formar um painel de conceitos e categorias com que pudéssemos caracterizar as estruturas e dinamismos das economias latino-americanas, apontar os traços típicos das formações societárias que emergiram na região, sob o modelo do capitalismo dependente e sob as determinações da dominação externa.

Portanto, o fato do quadro de análise ser tão amplo, deve-se, sobretudo, ao caminho de estudo que percorri para analisar a temática da dominação externa, do desenvolvimento capitalista dependente e da sociedade de classes na América Latina. Essas três temas formam entre si uma unidade, há entre eles um desenvolvimento ideológico, uma linha percorrendo cada um dos domínios de investigação e que determina, de algum modo, as preocupações para as quais me despertei, a matéria-prima e as questões sobre as quais debrucei, a posição que assumi frente a elas, o método de minha investigação e as consequências advindas desse trabalho.

Florestan Fernandes dizia que:

A transformação não é produto do avanço na esfera da consciência e também não é produto de uma elaboração espontânea da realidade. É preciso que a ação prática e transformadora se encadeie a uma consciência teórica e prática que seja, num sentido ou noutro, dentro da ordem ou contra a ordem, revolucionária.¹ (Florestan Fernandes)

Início, por esse trecho, a justificativa do que me levou a estudar a realidade latino-americana, por entender que ali Florestan Fernandes sintetiza genuinamente o papel da consciência, quando essa se engaja na transformação social. Ingressei na Universidade Pública, vindo de família modesta, meu pai militar de baixa patente, minha mãe dona de casa, meus avós operários de um ramo e agricultores de outro. Meu pai, não conheci, faleceu cedo; minha mãe de pouca escola tratou sempre de esforçar-se para que eu me instrísse e tivesse a formação que ela não teve. Minha

¹ Trecho extraído do documentário “Pensando com Florestan Fernandes”, série “Realidade brasileira”, produzido pela Escola Nacional Florestan Fernandes, e parafraseado dos ensinamentos do próprio autor. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=26813aGP1fA> > Acessado em: 16/09/2017.

educação completou-se com minha tia, que era professora e me trazia livros, foi ela quem me apresentou o mundo ignorado da universidade. A tudo isso, somo a sabedoria de minha avó, de cuja generosidade extrai a matéria com que formei o caráter.

Aos poucos, comecei a ver no estudo uma obrigação, percebi que não era possível mudar as coisas sem conhecê-las profundamente. Um dever que me pus a cumprir satisfeito, um trabalho que ademais disciplinava o espírito e os sentimentos de injustiça. Conheci o marxismo pelos livros e não pelo mundo, e o que me ensinou primeiro é que o pensamento, a ciência e as artes deviam servir ao homem, a preocupação devia ser o Brasil, as questões gerais que nos arrastam à miséria e impedem ao povo e à pátria o desenvolvimento.

Era um chamado a convocar os homens: “Cumpre o que te cabe no mundo, prossegue o fio da história!” O mais bonito, afinal, é quando deixamos para trás a roupa velha das ambições do indivíduo. Não é que abdicamos de sonhar, não é isso, tampouco deixamos de ter ambições, é que nossos sonhos passaram a se fundir com o de muitos e elevados com o interesse do povo, vão compor o sonho e a ambição de toda a pátria e do povo brasileiro.

E se nos livros me catequizei sozinho, instruindo-me nas lições básicas do marxismo e da formação brasileira, minha escola verdadeira foram os movimentos sociais e a Consulta Popular. Ali experimentei a política e aprendi a lição do mundo, que é a lição da gente. Primeiro com o movimento estudantil, que me levou a conhecer os assentamentos do MST (Movimento dos trabalhadores rurais sem terra), através do EIV (estágio interdisciplinar de vivência), onde deparei-me com os humildes e pude ver pela primeira vez o que é um movimento social. O CRB (curso realidade brasileira), igualmente, outro espaço de aprendizado onde a mim, um jovem recém entrado na universidade, foi dado conhecer figuras que pareciam ter a história presa nas mãos –vi Stedile e Gebrim, encarnando o pensamento brasileiro, ganharem-me definitivamente para a revolução. Nos núcleos, outrossim, onde a vida cotidiana do partido se desenvolve, conheci camaradas dos mais valorosos, homens e mulheres que me ensinaram o sentido real do que construímos, os valores de nossa organização e de nossa luta, companheiros formados de carne e osso, que dão alegremente sua cota de sacrifício e vida para construir a revolução brasileira.

Pois bem, eis aqui a dimensão da consciência subjetiva que, junto a outros fatores, determina minha visão de mundo e racionalidade científica.

A temática da formação econômica brasileira e da constituição e desenvolvimento da sociedade de classes no Brasil constitui para o intelectual, o cientista e, especialmente, para o sociólogo um assunto de primeira ordem, de que ele não pode fugir ou deixar de confrontar sem com isso anular a si próprio e a função teórica que desempenha. Esse conjunto de temas motiva seus estudos e suas análises, convertendo-se, de uma maneira ou de outra, mas sempre necessariamente, na matéria central de seu trabalho e de sua crítica e no ponto de partida de seus apontamentos e projeções acerca do que pode vir a ser a sociedade brasileira.

No entanto, a formação social brasileira e, mais especificamente, a forma que aqui assume a sociedade de classes, embora possua componentes particulares que não são verificados em nenhuma outra formação social, compartilha elementos que também se manifestam nas formações das demais sociedades latino-americanas. São elementos comuns presentes entre aqueles países que passaram pelo processo de colonização e que não conseguiram ingressar na fase capitalista incorporando uma economia moderna e autônoma. Esses elementos tornam a sociedade de classes que ali irrompeu numa especificidade histórica da América Latina, tanto no sentido de que essas sociedades possuem contradições próprias, quanto no sentido de que elas não poderão seguir o mesmo caminho de evolução das sociedades capitalistas avançadas.

Por conta disso, os países da América Latina formam entre si uma unidade que os integra como partes de um mesmo processo histórico-social, de tal modo que o cientista social não poderá compreender perfeita e totalmente a sua realidade nacional se se puser apenas a examinar tal ou qual país isoladamente. Da mesma maneira que a compreensão de um fenômeno requer que ele seja tomado em sua totalidade, também aqui o conhecimento da formação socioeconômica brasileira ou de outro país da região supõe que cada realidade nacional seja analisada do ponto de vista mais geral das determinações que operam sobre o conjunto do continente. Visto as coisas sob essa ótica, seremos levados a concluir que, nesse nível, não apenas é a mesma a situação em que se encontram os países da região, mas que

também existe uma origem comum para esse estado de coisas e um sentido de desenvolvimento compartilhado pelos povos e nações da América Latina.

No que diz respeito à evolução dos processos históricos e sociais, Caio Prado Junior apresenta uma ótica de interpretação sociológica de que devemos nos apropriar, empregando-a para analisar a origem colonial dos países da América Latina e sua formação, como centro produtor de mercadorias, vinculada à expansão do capitalismo comercial na Europa. Essa ótica de interpretação possui o mérito de incorporar o componente da totalidade. Ela está contida em sua clássica obra “Formação do Brasil contemporâneo” e foi expressa na seguinte síntese: “Todo povo tem na sua evolução, vista à distancia, um certo ‘sentido’. Este se percebe não nos pormenores da sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo.” (PRADO JUNIOR, 2011, pag. 6)

Com efeito, a problemática contemporânea com que se defrontam os países latino-americanos possui tanto determinações que se originam em épocas históricas passadas que se entrecruzam com o presente, permanecendo vivas e atuantes em suas influências, quanto determinações produzidas por fatores e processos especificamente modernos, que operam articulada e concomitantemente no nível interno dessas sociedades e no nível externo. Esse conjunto de determinações, que envolvem tanto a origem colonial e o processo de descolonização que foi congelado e não pôde completar-se na América Latina, quanto os sucessivos modelos de desenvolvimento econômico possíveis de concretizar-se sob um tipo dependente de capitalismo, transcorrem todas elas, em cada período histórico, sob diferentes padrões de dominação externa.

É por tudo isso que as nações latino-americanas encontraram-se diante de um dilema que até aqui não pôde resolver-se: prosseguir com um desenvolvimento econômico dirigido de fora e impulsionado por forças externas, cujo único resultado a que pode levar é a perpetuação e o fortalecimento da dependência; ou despender um esforço para criar as condições estruturais que permitam engendrar nesses países ou uma economia capitalista moderna e de tipo autônomo ou um modelo de desenvolvimento econômico que supere o próprio capitalismo como sistema de produção. No ultimo caso, em qualquer das duas alternativas que se adote, essas

nações terão de se ver com as forças interessadas na manutenção da dominação externa.

Aqui nos encaminhamos para o ponto final de nossa introdução acerca da matriz teórica que iremos empregar em nossos estudos. No que se refere ao processo de investigação e à crítica do capitalismo dependente, enquanto modelo de economia, iremos recorrer, mesmo que de modo complementar, às categorias da economia política criadas por Ruy Mauro Marini para explicar e interpretar a realidade do tipo de capitalismo dependente que se objetiva na América Latina. A nossa ver, a contribuição que ele oferece à teoria da dependência é decisiva, tanto do sentido de compreender o funcionamento das estruturas e dos dinamismos econômicos que constituem a base da subordinação dos países latino-americanos, quanto no sentido de apontar o caminho por onde passa a superação da dependência econômica.

Com efeito, o foco central de nossos estudos - que justifica todo o esforço anterior de investigar temas correlatos e proceder à leitura de autores que se inter-relacionam - será a interpretação sociológica elaborada por Florestan Fernandes para compreender a formação da sociedade de classes no Brasil. É nossa intenção proceder a uma apropriação da teoria que o autor elabora acerca do processo de constituição, evolução e consolidação da sociedade de classes correspondente ao tipo de capitalismo dependente e que se objetiva sob as determinações da dominação externa. Do nosso ponto de vista, Florestan Fernandes criou categorias que são fundamentais para caracterizar, explicar e interpretar a sociedade de classes que se formou na América Latina, uma sociedade dependente e subdesenvolvida. Com efeito, é por intermédio dessas categorias que se torna possível compreender as estruturas e os dinamismos das sociedades latino-americanas, bem como o modo de seu funcionamento, a forma de sua conservação e as potencialidades de mudança social que elas encerram.

O tema em questão não poder ser discutido aqui por completo. Então, optei por enfrentar certas questões que, a meu ver, possuem centralidade estratégica:

- 1) Sob a ótica teórica de Florestan Fernandes, como se articulam as categorias dominação externa e dependência na formação e evolução do capitalismo na América Latina?

- 2) Segundo a caracterização conceitual de Florestan Fernandes, qual sociedade de classes foi possível irromper sob o capitalismo dependente, isto é, sob um tipo de capitalismo que não evoluiu por si próprio e através de forças internas?
- 3) Que tipo de desenvolvimento econômico é possível de transcorrer sob um modelo de capitalismo que articula um padrão dual de exploração capitalista à modernização dependente?
- 4) Como se caracteriza o regime de classes na sociedade latino-americana diante das especificidades do padrão de privilegiamento e do padrão de exploração da força de trabalho ali verificados?
- 5) Sob a sociedade dependente e subdesenvolvida, como se constitui, desenvolve e pode evoluir a ordem social competitiva, conforme o uso que dela fazem as classes privilegiadas e as classes trabalhadoras em suas relações de articulação, competição e conflito?

Por fim, o presente trabalho foi realizado a partir da análise das principais obras de Florestan Fernandes elaboradas para explicar e interpretar o processo de formação e desenvolvimento da economia e da sociedade de classes, que correspondem ao modelo de capitalismo dependente e que se objetiva sob as determinações da dominação externa.

Sobretudo, o processo de pesquisa transcorreu baseado no estudo de três de suas obras fundamentais para a compreensão da formação socioeconômica latino-americana: “O que é revolução?”, “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina” e finalmente em sua obra prima “A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica”.

A intenção que nos move aqui é resgatar o pensamento de Florestan Fernandes. Para isso, iremos recuperar sua perspectiva de interpretação sociológica, os conceitos e categorias que o autor emprega para caracterizar e explicar as sociedades dependentes. Para tanto, além de debruçarmo-nos sobre os textos originais do autor, iremos também recorrer a interpretes que estudaram seu legado como intelectual e como político empenhado na transformação social da realidade brasileira.

Ademais, iremos recorrer também à obra de outros grandes pensadores que contribuíram para formar, tanto a sociologia crítica latino-americana, quanto a teoria marxista da dependência. Entre esses, merece especial destaque Ruy Mauro Marini, cuja análise da dependência latino-americana, baseada nas categorias da economia política marxista, foi fundamental para a elaboração do presente trabalho.

CAPÍTULO 1: - SOBRE A COLONIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDE NA AMÉRICA LATINA

1.1 REFLEXÕES SOBRE O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO

A análise aqui apresentada situa o modo específico pelo qual ocorreu a evolução da vida econômica, política e cultural dos países latino-americanos em arestas mais amplas que as de leituras correntes, que outrora, até meados do século XX, se fizeram dominantes na interpretação da colonização da América. Situada num painel histórico de conquistas coloniais e intercâmbios entre nações e regiões, que caracterizaram a emergência do sistema-mundo capitalista, o destino das colônias de exploração tem de ser compreendido não apenas a partir das análises das estruturas próprias de uma formação colonial. Em primeiro lugar, seu destino deve ser percebido sob o ponto de vista mais geral da dominação colonialista externa e, por outro lado, sobretudo, levando em conta a relação entre essas duas espécies de fenômenos coloniais com as determinações mais afastadas do capitalismo mercantilista em ascensão.

Desde a origem, quando as expedições comerciais lograram alcançar terras além do Atlântico, expandindo o horizonte dos domínios europeus a um patamar que nenhuma monarquia anterior na história havia ambicionado e, aliás, insuspeito inclusive aos negócios dos maiores mercadores do oriente, o sentido da colonização fora selado por forças exógenas. O empreendimento colonizador aqui instalado teve por propósito, então, servir aos desígnios colonialistas das monarquias ibéricas e aos interesses econômicos do capitalismo em sua fase mercantil, cujos movimentos de expansão haviam colado em marcha um processo inevitável e progressivo de rompimento do estado de isolamento em que, originalmente, se encontravam as regiões e os povos ameríndios.

Portanto, ao revés do que se passou com as colônias setentrionais da América do Norte, onde a colonização de povoamento, tendo sido abandonada à própria sorte pela Coroa Britânica, logrou desenvolver com relativa autonomia uma produção econômica de subsistência, as colônias ibéricas, por seu turno, foram

impulsionadas desde o início a desempenhar uma outra função. Não puderam contar, no que tange a sua produção material interna e aos interesses políticos da colonização, com uma negligencia salutar de forças externas e tampouco com o desinteresse de aspirações mercantilistas, que a todo tempo patrocinaram e intervíram diligentemente na direção do desenvolvimento da economia colonial.

A lógica que predominou, logo nas décadas iniciais de colonização da América Ibérica, foi a de fundar nessas terras núcleos coloniais de exploração, capazes de estabelecer e desenvolver um empreendimento econômico especializado, ou na extração de metais preciosos, ou na produção de artigos agrícolas, que, voltados a abastecer especialmente o mercado europeu, pudessem se realizar enquanto mercadoria. Desse modo, estabelecendo uma ou outra espécie de atividade econômica, os vultosos recursos materiais e humanos, além da grande monta de capitais invertidos - inicialmente impulsionando as expedições marítimas e, em seguida, de forma cada vez mais sistemática na fundação e modernização da empresa colonial agrícola ou mineradora-, podiam ser recompensados e estimulados, amortecidos e multiplicados.

Por conseguinte, diante da interligação dos territórios colonizados ao centro metropolitano e, conseqüentemente, da criação de uma frente comercial através do Atlântico, o aumento dos intercâmbios comerciais em nível mundial atingiu um grau de intensidade sem paralelos, inaugurando, a partir de então, uma nova escala de mercado mundial. O estado de isolamento e autonomia de algumas regiões fora gradualmente deixado para trás e, em seu lugar, desenvolveu-se uma cadeia de intercâmbio universal, isto é, um sistema-mundo capitalista que a todas estruturas econômicas integrava, subordinando-as ao nível do comércio externo.

Desse modo específico e sob essas condições externas, foi que as colônias da América portuguesa e espanhola passaram a fazer parte do sistema-mundo capitalista: sob a tutela política das metrópoles, a quem pertenciam na condição de territórios ultramarinos; e como apêndices econômicos das metrópoles, que ditavam qual atividade econômica desenvolver, se produção canavieira ou lavouras de algodão, por exemplo. No entanto, uma ou outra produção material que fosse implementada nas colônias, voltar-se-ia, em última instância, a atender as exigências do mercado europeu e do comércio mundial, cuja hegemonia via-se

gradualmente deslocada para as mãos do capital mercantil concentrado na zona centro-norte da Europa Ocidental.

Com efeito, o capital mercantilista, na medida em que se investia do poder conferido pelo controle da circulação de mercadorias no continente europeu e pela superioridade no comércio mundial, passou a dispor de condições para articular em torno de si a totalidade das estruturas de controle e exploração do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Essa articulação das estruturas econômicas ocorria não apenas integrando-as a uma mesma órbita em nível mundial, mas também se realizava ao interliga-las a uma mesma órbita em nível histórico, quer dizer, relações econômicas de produção típicas de modos de produção de épocas históricas passadas, como o escravismo, por exemplo, estavam a ser articuladas sob o eixo do capital. Ademais, cada uma das formas econômicas pretéritas para que pudessem desempenhar sua função no interior da nova estrutura global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, tiveram de desenvolver novas características e novas configurações que acabaram por torná-las distintas de suas equivalentes históricas.

Assim, por exemplo, a escravidão que existiu como forma de controle e exploração do trabalho nas civilizações do escravismo remoto, embora conserve semelhanças, não se pode dizer que seja a mesma escravidão presente na Idade moderna. Uma categoria histórica adquire distintas funções sociais a depender do modo de produção no qual encontra-se inscrita, mas também segundo a relação de ambos com o quadro mais geral em que se inscrevem. A escravidão a que foi adstrita as populações trazidas do continente africano possui determinações originadas tanto da dominação colonialista sobre os territórios americanos quanto decorrentes da emergência de um comércio mundial de mercadorias, em cujas ramificações foi gerado o tráfico negroiro.

Além disso, uma vez que era no plano da circulação que essas estruturas econômicas se viam articuladas, o controle do mercado e a superioridade financeira conquistadas davam ao capital (sobremaneira, num primeiro momento, ao capital holandês) a iniciativa de entabular os termos de troca das mercadorias. Isso, sem contar a participação direta que mais e mais passaram a deter nas próprias colônias agrícolas, através da exportação de capitais, sob a forma de empréstimos ou

tecnologias produtivas, como, por exemplo, os que viabilizavam a modernização dos engenhos açucareiros das colônias portuguesas. Tal superioridade fazia do capital a determinação preponderante sobre as demais relações econômicas de produção e, com isso, imprimia sentido capitalista ao conjunto da nova estrutura global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Esse sentido capitalista, no entanto, realizava-se ao nível da circulação de mercadorias e recursos monetários, sem afetar o padrão interno de organização e funcionamento da economia agrícola. Ao nível interno, a produção colonial permaneceria por muito tempo fundada nas estruturas do trabalho escravo.

Fora posto em vigência, destarte, um novo padrão de poder mundial que se originou a partir da colonização do continente americano e da formação, por conseguinte, de um vigoroso comércio de mercadorias, que agora passava a interligar o conjunto e a quase totalidade de nações e regiões ao redor do globo. Esse recém-criado poder assentava-se em duas forças motrizes básicas: a dominação colonialista externa e a superioridade crescente do capital mercantilista, através do controle da circulação, sobre o conjunto das economias.

Com efeito, o que há de inédito nesse padrão de poder e aquilo que é capaz de distingui-lo de seus equivalentes históricos (como por exemplo, o poder fragmentário dos senhores feudais da Europa da Idade Média ou o poder correspondente à civilização chinesa ou ao império turco-otomano) é exatamente a especificidade das forças motrizes em que se assenta. Todo poder existente em qualquer período histórico contém a dominação como pressuposto. Todavia, o que há de específico no novo poder inaugurado com a Modernidade é o seu caráter colonialista, que implica, por conseguinte, uma dominação colonialista intrínseca.

Assim, embora não se ignore o fato de que a dominação externa tenha sido instrumento de impérios de épocas anteriores, jamais se havia verificado até então a prática de um tipo de dominação externa tão extensa e articulada a nível mundial, como a que teve início com o período colonialista. Portanto, foi precisamente a partir da anexação do continente latino-americano aos domínios de Portugal e Espanha, como marco inicial da conquista de territórios coloniais ultramarinos e meio da expansão comercial europeia, que a dominação colonialista externa despontou como fator determinante do novo padrão de poder mundial. A partir daí, todos as

nações centrais europeias, como também as companhias comerciais representantes do capital mercantil, tiveram de engajar-se no colonialismo como condição *sine qua non* da disputa pela hegemonia no cenário mundial.

No que tange ao processo de colonização, a dominação é o momento originário em face ao momento da exploração; o requisito para que se possa instalar o empreendimento colonial e iniciar o desenvolvimento de qualquer espécie de atividade econômica. Distingue-se, na dominação colonial, a conquista do território e o domínio da população colonizada. Com base nessa forma pioneira de dominação, em que se empregam mais ou menos provisões militares, a depender da capacidade de organização e do estágio evolutivo em que se encontra a civilização dominada, puderam os colonizadores europeus dar início à apropriação das riquezas do continente. Embora nas décadas iniciais tenha-se verificado a implementação de formas pouco complexas de apropriação da riqueza, como, por exemplo, a expropriação de metais preciosos através da pilhagem aos povos ameríndios, com o decorrer do tempo, no entanto, passou-se a engendrar estruturas propriamente produtivas, que eram formas muito mais complexas e vantajosas de apropriação da riqueza.

Com efeito, a escravidão moderna adscrita ao negro e a servidão a que foi submetido o índio, consistem, por sua vez, em formas de controle e exploração do trabalho engendradas pelo colonizador europeu e que formam a base da estrutura produtiva colonial. Isso quer dizer que estamos a tratar de relações sociais de produção historicamente novas, engendradas especificamente para atender às necessidades da empresa colonial. Não obstante, é óbvio que paralelamente elas conservam em si componentes e traços herdados de épocas históricas anteriores; pois conforme recorda a máxima gramsciana: “o passado está no presente”.

Do mesmo modo, é nova a forma específica que, no período colonial, adquiriu o controle dos recursos e dos produtos do trabalho, em outros termos, da mão de obra e do excedente econômico. Os recursos de trabalho vivo em escala suficiente para atender às necessidades do empreendimento agrícola e minerador, sobretudo na colônia portuguesa, só foram obtidos depois que os colonizadores portugueses, através dos interpostos comerciais fundados na costa africana, lograram estabelecer o tráfico negreiro de escravos. Para tanto, impulsionaram e financiaram, a um nível

sem precedentes, a prática da captura e escravização de tribos rivais conquistadas. E reduziram os grupos conquistados à condição de mercadoria a abastecer o comércio do Atlântico. Com isso, os colonizadores inauguraram no período moderno um novo tipo de escravidão, ao assentá-la sobre as bases do colonialismo, e outorgaram paralelamente a condição escrava e o trabalho não-assalariado aos contingentes populacionais oriundos da África.

Por conseguinte, o caráter da exploração do trabalho e da dominação impostos a essas categorias raciais terá de ser definido tendo em vista o modo específico como se organiza internamente a produção colonial. Dessa maneira, à forma de produção agrícola denominada *plantation*, correspondem relações sociais de produção escravistas, e às formas de extração mineral denominadas *mita* e *encomienda*, que predominaram na América espanhola, correspondem relações sociais de produção tipicamente servis. Sem embargo, tão logo essa estrutura colonial de controle e exploração do trabalho seja examinada internamente, é mister , num segundo momento, passar-se a analisá-la fora de seu isolamento, situando-a em relação às determinações externas mais gerais. Por esse caminho, perceber-se-á que ela é parte de um sistema cada vez mais articulado em benefício da acumulação do capital mercantil.

Não obstante, é claro que o sentido capitalista outorgado ao conjunto dessa estrutura global de controle e exploração do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, opera como uma tendência. Quer dizer, na medida em que a burguesia mercantil conquista maiores parcelas de controle do mercado europeu e ascende como hegemônica no comércio mundial, logrando inclusive participar diretamente da empresa colonial (através da exportação de capitais, por exemplo) , tanto maior serão as influências exercidas pelo capital.

No que tange ao processo ideológico, a dominação colonial levada a efeito pelos europeus, ao submeter as civilizações ameríndias e africanas à condição de povos e territórios conquistados, outorgou ao imaginário colonizador as condições históricas para que pudesse idealizar a si próprio -ou seja, à Europa e ao europeu- como a materialização da superioridade civilizatória. Demais, a dominação colocada em marcha no período colonialista, embora conservasse de comum com suas equivalentes históricas o fato de gerar nos conquistadores uma intrínseca ideologia

da superioridade, logrou por seu turno distinguir-se, ao estabelecer o pensamento colonialista europeu em uma escala de difusão no tempo e no espaço jamais alcançada anteriormente. Essa hegemonia disseminada à totalidade de regiões e nações, em maior ou menor grau, somente pode ser concebida como produto de um poder igualmente mundial.

Ao analisar as relações materiais que conformam o chão de que se origina essa ideologia e que, por consequência, lhe imprimem a natureza colonialista, Aníbal Quijano sintetizou nos seguintes termos o modo como essa ideologia é concebida:

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo.” (QUIJANO, 2005, p. 117)

Portanto, a partir da conquista do continente americano e da subjugação dos povos originários ao poder colonial, toda história futura das civilizações que aqui se assentaram viu-se determinada pelo pressuposto de que entre europeus e não-europeus fora fundada uma ordem de relações sociais baseada no domínio e na superioridade do colonizador. Isso quer dizer que a relação original entre colonizadores e colonizados subordinava o conjunto das esferas da vida social existentes na colônia. Por conseguinte, as relações sociais pertencentes a essas esferas, do trabalho e da família, da cultura e da autoridade e etc., eram, em última instância, determinadas por essa expressão básica do poder colonial.

Dali em diante, todas as sociedades latino-americanas que vieram a suceder historicamente a civilização colonial – no Brasil, a sociedade nacional, primeiro sob o império e depois sob a república- trariam consigo as heranças dessa relação entre colonizador e colonizado, como uma consequência intrínseca à pedra angular em que se fundaram e a qual não superaram completamente. E isso ao menos enquanto não se pusessem a resolver o problema que o caráter colonial do poder apresentava ao processo de nacionalização da sociedade.

A relação original entre colonizadores e colonizados, baseada na conquista e subjugação dos segundos aos primeiros através da força e da violência, constitui o primeiro fundamento da hierarquia da sociedade colonial. Essa relação de poder, no

entanto, na medida em que a experiência de colonização avançava em escala mundial e à maneira de uma inexorabilidade histórica, tendeu a tornar-se cada vez mais complexa. Sob os auspícios europeus, as civilizações ameríndias e africanas, depois de diminuídas ao status de povos conquistados e subjulgados, foram subsequentemente classificadas como raças inferiores. Nesse quadro global, um similar instrumento de dominação, derivado da relação original entre colonizadores e colonizados, veio a ser fundamental para fortalecer as relações de poder em que se assentava a sociedade colonial. Sob a ótica colonial, essas categorias raciais passaram a pertencer a um agrupamento humano de caracteres naturalmente inferiores em relação ao europeu.

A partir da seleção da raça como critério de classificação social da população, a versão eurocêntrica do pensamento europeu pode distinguir em nível mundial: as populações ameríndias do continente Americano como índios, simplesmente; depois, os contingentes populacionais oriundos da África, como negros; e por último, a partir da inferioridade dos primeiros, os europeus ou os brancos. Desse modo, a origem europeia e o fenótipo branco foram elaborados intelectualmente como instrumentos de classificação social e passaram a radicar-se profundamente na hierarquia da sociedade colonial, tornando-a complexa e rigidamente estratificada.

Em consequência, as características fenotípicas das raças colonizadas à medida que iam sendo catalogadas, foram também, num movimento paralelo, associadas ao seu modo global de vida, como se os caracteres culturais pudessem ser outorgados a uma ou outra categorial racial à maneira de um atributo natural. Assim, o etnocentrismo pretendeu encontrar a apregoada inferioridade dos índios e dos negros em seus atributos físicos, como, por exemplo, cor da pele, tipo de cabelo, traços faciais e formato do crânio e etc., e concomitantemente, buscou derivar as práticas, o pensamento, hábitos, costumes e disciplinas dessas populações de sua suposta natureza intrinsecamente inferior. Dessa maneira, ao desvincular o modo global de vida das populações ameríndias e negras do correspondente período histórico e modo de produção em que se encontravam suas respectivas civilizações, o eurocentrismo pôde explicar através da evolução natural o estado dessas populações.

Um segundo movimento, originado da mesma perspectiva eurocêntrica e decorrente das conclusões anteriores, consistiu na vinculação das raças colonizadas a funções subalternas e a posições submissas no interior da sociedade colonial. Como a dominação colonial implicava no controle da quase totalidade da existência social dos colonizados, os europeus dispunham de fatores reais para impor concretamente aos índios e aos negros os papéis requeridos pela produção colonial.

Ademais, do ponto de vista ideológico, o europeu encontrou no argumento da inferioridade natural dos indígenas e dos negros, a justificativa para sujeitar ambos à servidão e à escravidão, respectivamente. O pressuposto ideológico era de que os índios e os negros eram povos naturalmente atrasados do ponto de vista evolutivo; silvícolas, portanto; não inclinados às atividades intelectuais ou ao progresso material, e que tampouco podiam portar uma alma, ou, no melhor dos casos, uma alma equivalente à agraciada aos europeus. Desse modo, os europeus puderam circunscrever as formas mais rudes de controle da existência social – ressaltando, aqui, sobretudo o trabalho- ao conjunto dos contingentes populacionais originários da América ou oriundos do continente africano; doravante, índios e negros.

Portanto, do ponto de vista ideológico, o racismo e as identidades sociais nascidas com a época da colonização desempenharam um papel fundamental na configuração da estrutura global de controle e exploração do trabalho. E isso, tanto na época inicial do colonialismo quanto na época posterior da industrialização e da dominação externa imperialista. Segundo Carlos Nelson Coutinho, essas tendências do pensamento eurocêntrico, ademais, se inculcaram de tal maneira nas elites coloniais, que, por exemplo, constituem hoje um “espírito de dependência, aquilo que Nelson Werneck Sodré chamou de ‘ideologia do colonialismo’ (ou seja, a adoção por brasileiros de correntes culturais – como o racismo – que justificam nossa situação de dependência)” (COUTINHO, 2011, pag. 42). Florestan Fernandes, por sua vez, ao analisar a evolução da classe dominante no Brasil, pôs na seguinte síntese o seu caráter histórico: “A composição das classes possuidoras e dominantes alterou-se continuamente, mantendo-se, porém, uma mentalidade de elite dirigente organicamente senhorial e colonial.” (FERNANDES, 2012, pag. 102)

Por seu turno, para o europeu, eis o que, do ponto de vista ideológico, levou o espírito colonialista e os desígnios da Europa burguesa então nascente a se inculcar

tão profundamente no inconsciente e na racionalidade de seu povo. Reconheciam na civilização mais avançada até então do decurso histórico, uma obra exclusiva de seu engenho e de sua vocação, e que somente fora possível erguer pelas mãos de um povo de natureza similarmente avançada. Viam no colonialismo o meio da realização da superioridade e do destino histórico de um povo, impondo-se sobre a condição naturalmente inferior das raças conquistadas. Ademais, foi por intermédio de ambos os fenômenos – colonialismo e capitalismo mercantil-, que os europeus lograram realizar seus interesses particulares, auferindo riqueza, poder e prestígio em termos mundiais.

1.2 REFLEXÕES ACERCA DA DOMINAÇÃO EXTERNA E DA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA

A conquista da emancipação política das colônias da América Latina, que transcorre fundamentalmente ao longo do século XIX, embora tenha cumprido a importante função histórica de liberar os países da região do antigo sistema colonial, não logrou romper significativamente com a estrutura econômica produzida pelo colonialismo e que constituía, em consequência, a base material da dominação externa. Por conseguinte, desse ponto de vista mais geral, a eliminação do sistema legal e político que intermediava o controle do espaço colonial não implicou e nem poderia implicar, por si só, na supressão concomitante de toda dominação externa aplicada na região. Essa eliminação, antes de mais nada, significou o marco de transição entre diferentes fases da dominação externa no continente latino-americano, que passou de um padrão colonialista, em que predominavam mecanismos de natureza política, para um padrão de dominação que operava através de mecanismos essencialmente econômicos.

Dentre os fatores externos da crise do antigo sistema colonial, a desintegração do equilíbrio instável de poder existente entre as nações europeias hegemônicas possui uma influência decisiva. A expansão e consolidação do capitalismo industrial como sistema de produção dominante das economias centrais, sobretudo na Inglaterra, concomitantemente, às sucessivas transformações

desencadeadas pelas revoluções burguesas, constituíram, uma e outra, determinações objetivas inexoráveis que alteraram qualitativamente o padrão da disputa pela dominação externa das economias coloniais. Nessa nova etapa da concorrência nacional entre potências dotadas de poder hegemônico, as nações intermediárias da Europa, como Portugal e Espanha, que haviam sido pioneiras do colonialismo, isto é, de um tipo determinado de dominação, foram deslocadas das posições que ocupavam e dos papéis que desempenhavam, tanto no plano da economia mundial quanto no plano da dominação externa. Em consequência desse deslocamento de hegemonia, a incorporação dos países latino-americanos ao espaço econômico, sociocultural e político das nações europeias avançadas passou a ser articulada e orientada centralmente pela Inglaterra. Ela desponta como a nação capitalista hegemônica do mundo que emerge com a grande indústria moderna e o mercado capitalista mundial, e exerce através de mecanismos de mercado o controle externo e a exploração econômica das nações formalmente emancipadas da América Latina.

Considerado internamente, o antigo sistema colonial passou a enfrentar uma dura oposição dos estratos sociais que ocupavam posições-chave no núcleo dinâmico da economia colonial. Os agentes econômicos privilegiados, que compunham esse estrato da sociedade colonial, possuíam fortes interesses econômicos na eliminação da exploração colonial, considerada enquanto um complexo padrão de apropriação e rateio do excedente econômico por intermédio do qual se equacionavam tanto os desígnios das potenciais coloniais quanto os interesses econômicos dos agentes capitalistas externos. Com efeito, de uma perspectiva econômica, a supressão do sistema colonial significava para esses setores a possibilidade de expandir o *quantum* de riqueza absorvida no plano interno e concentrada socialmente por eles, ao eliminar-se um dos canais de sua transferência para os agentes externos. Portanto, o que estava em jogo era a superação da mediação exercida pela metrópole, mas nunca a eliminação em geral da transferência de riquezas, que se encontrava já na origem da formação colonial e persistiu e se reconfigurou com a incorporação dependente das economias latino-americanas.

No que diz respeito às consequências políticas do processo de independência, a superação do jugo colonial somente correspondia aos interesses

dos estratos privilegiados internos e de suas elites dirigentes na medida em que esse processo pudesse ser adstrito especificamente à “nativização” do poder político. Quer dizer, desde que a emancipação das colônias não significasse nada além da internalização dos centros decisórios (uma internalização sempre relativa, obviamente), que anteriormente se encontravam localizados na metrópole, e contanto que não se desdobrasse em uma mudança mais profunda na orientação das estruturas internas de poder engendradas sob o antigo sistema colonial. Portanto, o cálculo político desses estratos privilegiados, portadores de uma mentalidade fortemente senhorial, era orientado no sentido de preservar e fortalecer o padrão de privilegiamento exacerbado que vigia no interior da estrutura societária colonial. Por consequência, a ação política desses segmentos tinha de neutralizar ou restringir as influências que uma participação mais ativa das camadas populares pudesse imprimir ao processo emancipatório, liberando quiçá as potencialidades reformadoras ou revolucionárias que um processo de emancipação nacional pudesse conter.

Por fim, esses estratos privilegiados e dominantes trataram de tirar o máximo proveito dessa nova realidade política, concentrando socialmente os centros decisórios nacionais por intermédio de um processo de institucionalização política do poder que lhes assegurou o monopólio do controle do Estado e de seu funcionamento. A consequência dessa orientação particularista e egoística é que o processo de emancipação, que levou a América Latina de uma situação colonial para uma situação nacional, pôde transcorrer, sem embargo, conservando as maiorias populares marginalizadas dos momentos de decisão nacional e privadas de um estilo de vida democrático.

É importante considerar também que, sob o padrão de privilegiamento de classe vigente nas sociedades de origem colonial, as camadas populares passaram muito tempo condenadas a uma situação estrutural de debilitamento crônico nos níveis econômico, sociocultural e político, cujos efeitos negativos iriam perdurar ao longo de sua formação e desenvolvimento como classe nas sucessivas etapas do capitalismo. Sem embargo, o que nos interessa por ora é assinalar que essas debilidades das camadas populares implicaram num evidente desnivelamento nas suas relações com as classes privilegiadas e possuidoras. Portanto, as consequências desse superprivilegiamento para as relações de classe engendraram

um desnivelamento de poder tão profundo que as classes privilegiadas e suas elites dirigentes puderam desconsiderar os interesses das massas e do conjunto da nação ao conduzirem, seja as mudanças sociais que caracterizam a passagem da sociedade colonial para a sociedade nacional, seja as transformações envolvidas na transição da economia colonial para a economia capitalista exportadora.

No que se refere ao processo de formação da economia capitalista na América Latina, as debilidades da estrutura econômica engendrada pelo colonialismo constituíram um fator decisivo para explicar porque, mesmo após a eliminação do padrão de exploração colonial, manteve-se essencialmente intacto o esquema exportação-importação. Ao contrário das economias capitalistas clássicas, onde o modo de produção capitalista e o respectivo mercado que ele engendra aparecem como produto da evolução de suas forças produtivas internas e, simultaneamente, como resultado de um processo histórico anterior de acumulação primitiva de capital para o qual coadjuvou as economias coloniais, o processo de constituição do capitalismo nos países latino-americanos transcorre em condições e por vias completamente distintas.

A transição da economia colonial ocorre sob condições estruturais marcadas por um desenvolvimento insuficiente das forças produtivas internas, bem como por uma ausência de dinamismos econômicos localizados no interior do espaço nacional. Essa configuração estrutural impunha limitações objetivas aos processos econômicos em curso extramente difíceis de serem transpostas ou mesmo contrarrestadas, pelo que prevaleceu uma tendência geradora de efeitos estáticos na passagem de uma para outra economia. Por conseguinte, o tipo de capitalismo que acabou por se concretizar nos países da América Latina não pôde romper com a base econômica da dominação externa e nem com o correspondente fluxo de transferência de valor para as economias centrais, assumindo assim uma forma distinta e complementar da forma adotada pelo moderno capitalismo industrial na Europa. Para designar esse tipo particular de capitalismo, que se caracteriza essencialmente enquanto dimensão econômica da dominação externa, cunhou-se o conceito de capitalismo dependente².

² A noção de capitalismo dependente é empregada aqui em sentido amplo, para designar o tipo de capitalismo que se define em oposição aos "(...) modelos de desenvolvimento capitalista de tipo

Do ponto de vista dos agentes econômicos internos, a transição para a etapa da economia exportadora aparecia como o curso natural e o caminho mais viável que poderia seguir a evolução de um similar capitalismo dentro dos marcos de uma economia tradicionalmente baseada na produção de artigos agrícolas e matérias-primas. Essas classes privilegiadas internas, constituídas de latifundiários, agentes exportadores e comerciantes urbanos, controlavam o setor mais dinâmico da economia que, com a transição colonial, passou a vincular-se sem mediações ao mercado capitalista mundial. Essa posição estratégica na estrutura da economia exportadora conferia a essas classes uma importância vital para os núcleos hegemônicos externos interessados na incorporação dependente e nas vantagens da exploração capitalista dessas economias periféricas.

Com efeito, logrou-se uma articulação subordinada e interdependente entre os núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, entre as economias capitalistas avançadas e os setores sociais dominantes das economias dependentes) que envolvia e polarizava os interesses, posições e papéis econômicos preenchidos por eles em torno da realização de dois objetivos centrais: a modernização dependente das economias periféricas e o estabelecimento de um padrão dual de exploração capitalista. Esse novo padrão de exploração, caracterizado pela apropriação e o rateio repartido do excedente econômico nacional entre as classes privilegiadas internas e as classes burguesas externas foi aceito como vantajoso por esses setores da sociedade latino-americana, que, ademais, se por um lado tinham de repartir o butim com os agentes capitalistas externos, ao menos puderam absorver a parte desse excedente que antes era transferida através do complexo padrão de exploração colonial. Essa contínua transferência de riquezas, no entanto, engendrou uma acumulação de capital relativamente baixa que implicaria num debilitamento permanente das classes possuidoras internas.

Desse modo, os agentes econômicos internos, dispendo de recursos limitados para arcar sozinhos com os custos econômicos envolvidos na modernização da infraestrutura produtiva e, ademais, indesejosos de encarar os riscos políticos e a possibilidade de deslocamento que uma similar oposição aos

independente (...) [que escaparam] ao neocolonialismo e à dependência em sentido restrito ou específico. (FERNANDES, 2011, p. 90)

interesses da dominação externa necessariamente desataria, fizeram a opção de articular-se aos interesses das nações capitalistas hegemônicas. Essa aliança, entretanto, reflete antes de mais nada uma opção estratégica das classes privilegiadas internas. Elas perceberam desde muito cedo que as margens para uma evolução autônoma do capitalismo na América Latina eram muito estreitas, devido às debilidades de sua origem colonial e às compressões exercidas pelas nações hegemônicas, e que os esforços para criar as condições estruturais para um desenvolvimento econômico independente eram muito caros. Assim, predominou uma tendência de aceitar a articulação subordinada como a única via possível de desenvolvimento econômico, e o padrão de modernização controlado, dirigido e impulsionado de fora como a melhor maneira de ingressar no mundo capitalista moderno. A consequência necessária, que aparecia como a face oposta de uma mesma moeda, era que os países latino-americanos continuaram a desempenhar um papel econômico secundário na divisão internacional do trabalho. Isso devido ao fato de que foram obrigados a preservar o esquema exportação-importação, que funcionava como um circuito de transferência de valor para alimentar o progresso material das modernas economias industriais da Europa.

O processo de passagem dos países da América Latina para a economia exportadora, que corresponde ao ingresso direto da região na economia capitalista mundial, ocorreu em conjunção com o desenvolvimento da produção industrial e a consequente consolidação do capitalismo como sistema de produção dominante nas nações europeias avançadas. A formação da grande indústria moderna deu lugar ao equivalente moderno mercado capitalista mundial, o qual, por sua vez, operou a incorporação das economias periféricas de origem colonial, repondo e fortalecendo, assim, a divisão internacional do trabalho em bases tipicamente modernas. Ambos os fenômenos [a grande indústria e o mercado mundial] aparecem aqui como um produto específico das economias industriais clássicas, e representam um e outro a forma típica que assume o modo de produção e o modo de circulação gestados pelo capitalismo clássico. Eles não podem ser, portanto, formas econômicas universais, observadas, invariavelmente, na evolução de todo e qualquer tipo de capitalismo. Tanto porque sob as condições do capitalismo dependente, os processos econômicos também adquirem formas igualmente peculiares.

Um capitalismo que não tenha aquela gênese e que não se constituiu, portanto, por si próprio e através de forças internas, não poderá jamais desenvolver-se pela mesma via de evolução das economias industriais clássicas. Terá necessariamente de evoluir de outra forma, uma vez que não será possível repetir a história da via clássica de desenvolvimento. Esse capitalismo dependente terá de criar um modo de produção e um modo de circulação próprios, que não poderão ser homólogos àqueles que lhe deram origem e constituíram-no como componente subordinado de um sistema econômico maior. Essas formas econômicas específicas, quer se mantenham integradas a um processo de desenvolvimento dependente, quer sejam induzidas à autonomização por uma alternativa de desenvolvimento independente, terão de seguir uma via de evolução nova. No primeiro caso, essa evolução nova permanece orientada, controlada e induzida de fora. No segundo caso, porém, essa evolução deverá ser dirigida por forças autônomas, sustentada por impulsos dinâmicos internos, e, sobretudo, terá de se contrapor às tendências de incorporação e modernização dependente derivadas das economias capitalistas clássicas.

Isso quer dizer que, em função desse grau de determinabilidade histórica e da divisão entre capitalismo clássico e capitalismo dependente que ele engendra, as nações que não pertençam ao círculo dessas economias industriais clássicas terão de ingressar na etapa capitalista em condições distintas e necessariamente desiguais. Elas serão induzidas a ocupar posições e papéis econômicos subservientes no interior dessa nova economia internacional capitalista.

Como consequência de um similar capitalismo tardio e dependente, as relações capitalistas e as formas econômicas que constituem os caracteres universais desse sistema de produção, ora se apresentarão sob um formato subdesenvolvido, ora se manifestarão de maneira deformada. Nesse sentido, vejamos a ótica de interpretação de Ruy Mauro Marini:

(...) frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras — nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras — como deformações. Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção de "pré-capitalismo". O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma

realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (MARINI, 2011, p. 132)

Em virtude desse quadro, a integração das economias periféricas ao mercado capitalista mundial não é uma integração neutra, no sentido de que ela não cria relações comerciais equivalentes entre estas últimas e as economias industriais avançadas. Pelo contrário, essa integração é antes de tudo uma incorporação subordinada ao mercado mundial, ou dizendo mais precisamente, uma absorção das economias periféricas ao espaço econômico das nações capitalistas industriais. Essa incorporação subordinada, que se realiza ao nível do mercado, enquanto esfera mundial de circulação de mercadorias, opera através de mecanismos capitalistas que engendram uma ordem de relações comerciais desiguais. Essas relações carregam a desigualdade porque o comércio de mercadorias que se estabelece entre as economias industriais e as economias periféricas não traduz uma troca de valores equivalentes. Destarte, essa troca desigual terá sempre por efeito a transferência de valor produzido nas economias periféricas em favor das economias industriais.

O moderno mercado capitalista mundial recria a América Latina como centro produtor de mercadorias que já havia se constituído, por sua vez, sobre as bases econômicas coloniais. A economia exportadora que ali eclode constitui, a um só tempo, a entrada da região na etapa capitalista e o modelo econômico subordinado requeridos pelas economias industriais clássicas. Ao absorverem as relações comerciais desse mercado moderno, as economias periféricas puderam ingressar no estágio capitalista, mas, ao mesmo tempo, foram induzidas a desempenhar um papel econômico secundário no interior da nova divisão internacional do trabalho determinada pelo capitalismo industrial. Com efeito, os países latino-americanos iniciam o processo de transformação capitalista de suas economias por intermédio

da absorção de um mercado moderno especificamente capitalista³, enquanto os países centrais da Europa, pelo contrário, promovem essa mudança implantando a produção industrial moderna.

Ao analisar a via percorrida pelos países da América Latina para ingressar na etapa capitalista, Ruy Mauro Marini chegou à seguinte caracterização do conseqüente papel subordinado que suas economias preencheram no desenvolvimento das economias industriais clássicas:

A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. No caso da industrialização europeia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas. Mas não se reduziu a isso a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo: à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente será agregada a contribuição para a formação de um mercado de matérias primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial. O crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação ainda mais notável de sua produtividade, que resultam do surgimento da grande indústria, levaram a que a massa de matérias primas voltada para o processo de produção aumentasse em maior proporção. Essa função, que chegará mais tarde a sua plenitude, é também a que se revelará como a mais duradoura para a América Latina, mantendo toda sua importância mesmo depois que a divisão internacional do trabalho tenha alcançado em novo estágio. (MARINI, 2011, p. 136)

³ A primeira fase da introdução do capitalismo na economia latino-americana é identificada, por Florestan Fernandes, pelo fato de emergir na região um mercado capitalista moderno. Sobre isso, ver o capítulo “Emergência e expansão do mercado capitalista moderno”, do livro “A revolução burguesa no Brasil”. (FERNANDES, 1981, p. 224)

A contrapartida de um semelhante processo de transformação capitalista , mediante o qual a América Latina assimila um mercado moderno antes mesmo de ter chegado a constituir internamente um modo de produção especificamente capitalista, aparece com toda evidência nas condições estruturais com que contam essas economias dependentes. Sob o capitalismo dependente, as modificações de teor capitalista que transcorrem no nível econômico interno, não resultam predominantemente de impulsões produzidas por estruturas econômicas situadas no interior do espaço nacional. Isso se deve, primeiramente, ao fato de que as condições estruturais com que puderam contar as economias periféricas eram demasiado fracas para sustentarem uma transformação capitalista endógena. Em segundo lugar, e como desdobramento dessa situação prévia, a importação de um mercado moderno especificamente capitalista, enquanto esfera em que se realiza o comércio externo, implicou no predomínio de dinamismo econômicos imposto de fora sobre a totalidade do espaço econômico nacional. Esses dinamismos, oriundos da produção capitalista situada nas nações industriais, tanto forneciam os estímulos de funcionamento das atividades econômicas realizadas nas economias periféricas, quanto determinavam a orientação e a natureza dessas atividades produtivas, exercendo assim, por intermédio do mercado, o controle da produção e da circulação das mercadorias ali elaboradas.

Na prática, operava-se uma fundição dos espaços econômicos internos e externos, e a dominação das nações dependentes pelas nações industriais pôde assentar-se sobremaneira sobre a reprodução de relações comerciais desiguais. Acerca dessa situação, Florestan Fernandes apresenta a seguinte síntese: *A razão dessa persistência [dominação externa] é a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas.* (FERNANDES, 1981, p. 11)

Por conseguinte, sob um tal padrão de desenvolvimento capitalista, as estruturas e dinamismos econômicos produzidos internamente não alcançavam um nível de amadurecimento suficiente ou um grau de dinamicidade elevado com que se pudesse engendrar uma modernização auto-sustentada. Sem essas condições, era impossível romper com o modelo da economia exportadora, que se caracterizava, no nível da infraestrutura, por um desenvolvimento insuficiente das

forças produtivas. Do mesmo modo, as atividades econômicas ali realizadas continuariam a basear-se na produção de artigos alimentícios e matérias-primas industriais voltadas ao abastecimento das economias industriais. Com efeito, o desenvolvimento econômico que tinha lugar sob o capitalismo dependente, ou não criava potencialidades econômicas ou as criava de um modo muito fraco, de tal maneira que a transformação capitalista da economia latino-americana parecia poder seguir sem a implantação de um sistema de produção especificamente capitalista.

O que se seguiu, portanto, foi a persistência de uma estrutura produtiva que não logrou absorver o progresso tecnológico criado pela grande indústria nas economias capitalistas modernas. Sem poder contar com impulsos modernizadores autóctones ou os absorvendo em uma escala insuficiente para criar uma modificação profunda de suas condições estruturais, as economias periféricas não experimentaram um processo de industrialização massiva que permitisse superar integralmente padrão de acumulação de capital ali vigente e criar uma economia capitalista moderna e autônoma. Elas não concluíram e nem podem concluir a transição de um padrão de acumulação baseado na intensificação da exploração da força de trabalho para outro que se apoia no aumento da capacidade produtiva do trabalho. A consequência disso foi a preservação de uma estrutura econômica arcaica, que impedia a ruptura com o esquema de exportação-importação e a consequente transferência de riquezas para os agentes capitalistas externos que ele implicava. A essa transferência de valor, os agentes capitalistas internos respondiam, por sua vez, com a superexploração⁴ da força de trabalho, que funcionava para eles como um mecanismo para restringir os efeitos negativos desse padrão de expropriação repartida.

A contrapartida desse modelo de capitalismo dependente foi o aparecimento de uma sociedade de classes marcada profundamente pela existência de dois tipos de contradições específicas: de um lado, um padrão exacerbado de privilegiamento das classes dominantes e, de outro, um padrão intensivo de exploração das massas trabalhadoras. Florestan Fernandes, examinando o capitalismo dependente, chega à seguinte conclusão acerca da sociedade de classes que ele produz:

⁴ Para uma explicação da superexploração da força de trabalho, ver Ruy Mauro Marini, "A superexploração do trabalho", págs. 147 a 148. (MARINI, 2011)

Assim, as diferentes transições da economia colonial para a economia nacional ou da escravidão e do capitalismo comercial para o capitalismo industrial sempre produzem três realidades estruturais diversas. Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo da dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes “épocas históricas”, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e desenvolvimento de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, descrita por alguns autores como “colonialismo interno”). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, com um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (essa exclusão variava, em 1964, de um quarto até a metade ou três quartos da população, conforme os países). O desafio latino-americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna (FERNANDES, 1981, p. 20).

CAPÍTULO 2: - SOBRE O ESTADO NACIONAL E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE

2.1 APONTAMOS TEÓRICOS ACERCA DA CATEGORIA ESTADO

As reflexões aqui trazidas sobre o fenômeno estatal têm suas ideias nucleares radicadas no leito da teoria marxista clássica. Suas categorias analíticas, forjadas através do trabalho de observação da história, e o seu método de investigação, a que se extraiu do movimento dialético da realidade, são legados do marxismo à razão teórica universal. Essas elaborações, por conseguinte, permitiram o desenvolvimento de uma teoria do Estado que logrou uma ruptura radical com os pressupostos e as concepções em que se assentavam o conjunto das ciências sobre o fenômeno estatal até então construídas. Em outras palavras, talvez o maior mérito da teoria de Marx e Engels, nesse domínio científico, tenha sido o de tomar o Estado como um produto do desenvolvimento da produção material, situando-o como um fenômeno intrínseco ao surgimento histórico das sociedades humanas divididas em classes.

O que há de elementar, portanto, no ensinamento da ciência marxista acerca do Estado - e sem isso sua autenticidade restaria comprometida-, pode ser encontrado na seguinte síntese que Lênin registrou -parafrazeando Engels- em sua clássica obra “O Estado e revolução”:

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão” como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase de seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entrededorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar os conflitos nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado. (LÊNIN, 2010, pag. 26)

Essa, portanto, é nossa ideia forte; a concepção de Estado que orienta o conjunto das reflexões vindouras. Afirmar, no entanto, que a teoria marxista clássica do Estado seja o material de pensamento sobre o qual nos debruçamos, não quer dizer, como é óbvio, que iremos apenas circunscrever nossas reflexões a repetir a descoberta do fato de que o papel histórico do Estado, logo em sua primeira aparição, como produto da cisão da sociedade em classes, foi e continua a ser a dominação de uma classe sobre a outra.

O Estado, enquanto instrumento de dominação de classe, persiste em todas as formas assumidas pelo fenômeno estatal ao longo das variadas civilizações. Essa, portanto, é uma função intrínseca e que não pode ser eliminada da categoria Estado, ao menos até que não se elimine de vez a própria existência do fenômeno e, antes disso, as condições históricas que lhe precedem no interior da sociedade.

Uma segunda questão a que devemos nos atentar, é que o fenômeno estatal surgido na modernidade, sob a forma de Estado-nação, possui determinações e configura-se como um fenômeno novo *vis-à-vis* seus equivalentes verificados em sociedades de épocas históricas passadas. O que há de inédito e distinto em sua forma atual, ou seja, aquilo que o torna um fenômeno específico da modernidade, é a existência de uma sociedade nacionalizada que organiza o poder político central no que veio a ficar conhecido como o moderno Estado-nação.

O processo de nacionalização da sociedade, levado a termo, sobremaneira, nos países centrais da Europa, ocorreu entrelaçado a um real movimento de democratização dos direitos civis e políticos impulsionado pela luta de classes. Através dos embates abertos pela burguesia que levaram à *débâcle* da Monarquia Absolutista e do feudalismo, os trabalhadores encontraram na luta de classes o meio de prosseguir num contínuo alargamento político da ordem burguesa nascente e, assim, se debatendo contra a nova classe dominante, o proletariado logrou conquistar um espaço político não encontrado por outras classes subalternas em regimes de poder anteriores.

Apesar dessa revolução colocada em marcha contra o regime absolutista e a sociedade feudal ter sido obstruída assim que a burguesia conquistou os objetivos históricos de sua classe - antes, portanto, que as mudanças estruturais desencadeadas pudessem ter sido levadas a ameaçar o modo de produção

capitalista e a sociedade burguesa nascentes-, o poder burguês que então emergiu achou-se desde muito cedo permanentemente contrabalançado pela presença do proletariado na cena histórica. Ademais, a revolução democrática e a revolução nacional levadas a efeito haviam promovido, em certo grau, a socialização do controle das instituições políticas, impondo, por exemplo, o funcionamento de um sistema político representativo e a vigência da cidadania ao conjunto da população nacional.

Com efeito, esse quadro obrigou a que a burguesia, enquanto classe que exerce a dominação, se adaptasse a um regime de poder distinto daquele em que imperava o despotismo monárquico; o poder burguês para realizar-se agora teria de lidar com as exigências e com o espaço político requeridos pela existência de uma sociedade nacionalizada. Isso, por um lado, impôs à burguesia, como fator condicionante para o controle do Estado e o exercício do poder governamental, a obrigação de equacionar seu interesse particular de classe com o interesse do conjunto da sociedade nacional. E, por outro lado, esse novo quadro engendrou paralelamente condições mais favoráveis ao desenvolvimento do proletariado como classe e um espaço político mais amplo através do qual os conflitos de classe podiam se desenvolver e ser utilizados como instrumentos legítimos da disputa política.

É certo que para compreendermos a gênese e o papel histórico do Estado-nação, surgido na época moderna, ao longo dos séculos XVIII e XIX, temos que ir a fundo na observação do movimento histórico que resultou nas revoluções burguesas clássicas. Em primeiro lugar, precisamente porque o surgimento do moderno Estado-nação somente poder ser compreendido quando situado no interior de um quadro mais amplo, caracterizado pela emergência de uma contradição insolúvel que vinha se formando à medida que o desenvolvimento das forças produtivas nas economias europeias centrais passou a ser obstruído pelo modo de produção feudal.

Por conseguinte, foi a partir dessa ordem de interesses econômicos contrários, que opunha a pujante burguesia mercantil à antiga nobreza feudal, que surgiram as condições políticas para a ebulição definitiva do antagonismo existente entre essas duas classes fundamentais. Portanto, no interior da sociedade feudal

européia fora aberta, pelas mãos da burguesia revolucionária, uma janela histórica de revoluções políticas, através da qual o feudalismo, como modo de organizar as relações econômicas de produção, a sociedade e o poder, fora destruído, para que em seu lugar, assentada sobre a produção capitalista, pudesse se erguer a sociedade burguesa e o sistema de poder burguês que a ela correspondia. Com efeito, a partir dessa órbita histórica específica das sociedades europeias centrais, por um lado, e como produto das revoluções burguesas clássicas, por outro, foi que emergiu e adquiriu sentido histórico o Estado-nação.

Portanto, o fenômeno estatal, que adquiriu sua forma mais acabada nas nações centrais da Europa, emerge como produto de condições históricas muito específicas, que determinaram uma fase da luta de classes já ultrapassada e que constituiu o passado das sociedades europeias avançadas. Assim, o caminho pelo qual ocorreu a evolução da vida econômica, social e política dessas sociedades e através do qual a Europa foi levada ao estágio civilizatório mais avançado até então conhecido na história da humanidade, fora aberto pelas revoluções burguesas de tipo clássicas. Em outros termos, fora através da via *clássica* ou *típica* das revoluções burguesas - ou seja, aquela via em que as transformações estruturais foram desencadeadas pela iniciativa da burguesia, enquanto classe revolucionária-, que as velhas contradições impostas pelo feudalismo deram lugar a uma nova ordem de contradições típicas do modo de produção capitalista.

No entanto, a órbita histórica em que se viu nascer as revoluções burguesas clássicas fechou-se definitivamente e com ela desapareceu, por conseguinte, o sentido progressivo da classe burguesa oriundo de seu estágio histórico ascendente. Por consequência dessa inflexão na luta de classes e em função da expansão de suas repercussões para além das fronteiras nacionais, de agora em diante o surgimento do fenômeno estatal moderno estaria crescentemente vinculado ao ponto de vista cada vez mais atuante da composição dos interesses das classes dominantes. Essa mudança estrutural nas relações das classes burguesas com os setores dominantes e as classes altas oriundas das formações pré-capitalistas é, essencialmente, uma resposta à aparição do proletariado na cena histórica como *classe em si* e *classe para si*. Uma saída encontrada para compensar as debilidades intrínsecas às burguesias que não faziam parte das sociedades capitalistas centrais.

Portanto, a aliança formada com aqueles setores das classes dominantes, foi o modo que essas burguesias débeis encontraram para constituir um vetor forte o suficiente para levar a cabo a transformação capitalista em seus respectivos países. Como não dispunham de força própria para arcarem sozinhas com o peso econômico, a responsabilidade social e os riscos políticos inerentes a uma revolução, a opção histórica feita por essas burguesias foi a de articular uma composição de interesses de classes ao invés de apostar na ruptura revolucionária. A consequência desses processos tardios de revoluções burguesas, ou mesmo, dos casos em que esses processos não chegaram a se completar, foi a formação de Estados modernos que não se originaram de rupturas desencadeadas pela presença massiva das classes populares no processo histórico. Em decorrência disso, esses Estados tornaram-se a expressão viva e atuante desses acordos e compromissos de classes que lhes deram origem.

Daqui em diante, é sob as determinações mais gerais apresentadas por essa nova órbita histórica que devemos passar a analisar não só a formação dos Estados nacionais, mas também o regime de classes e as próprias formações capitalistas, tanto no que tange ao sentido histórico quanto no que diz respeito às funções que doravante passarão a assumir.

Nos países capitalistas da periferia, por sua vez, os desígnios subjacentes à formação do fenômeno estatal moderno não estavam ligados à supressão do sistema político e do poder preexistente, mas sim à formação de um padrão de dominação, onde associado ao poder burguês estariam o poder oligárquico ou aristocrático, numa articulação entabulada pelo alto. Num quadro similar, onde as contradições existentes entre as classes altas eram resolvidas pelo alto, a revolução nacional e a revolução democrática, ou foram congeladas ou tiveram de ver-se destituídas da maioria de suas funções reformadoras ou revolucionárias que haviam desempenhado durante a formação da democracia burguesa e do processo de nacionalização das sociedades nos países capitalistas centrais.

Finalmente, a chave que é capaz de explicar, de um lado, tanto a opção assumida pelas classes dominantes de não romper com atraso de suas formações sociais e, conseqüentemente, o padrão compósito de poder por elas adotado, quanto, de outro lado, o congelamento da maioria das funções progressivas que

cercam o surgimento do Estado-nação, deve ser encontrada na base material em que se assenta os países capitalistas da periferia. Ora, o conjunto e a quase totalidade das contradições específicas dessas sociedades periféricas, que as torna atrasadas em relação às sociedades capitalistas centrais, radica-se na situação de subordinação econômica vivenciada por elas. Em outros termos, a forma de capitalismo dependente que ali se instalou e, mesmo antes, o sentido imprimido à colonização, subordinaram o conjunto da vida econômica, social e políticas dessas nações aos desígnios das potências capitalistas centrais.

Analisando historicamente a situação de atraso e a dependência econômica em que se encontram os países da periferia do mundo capitalista, Florestan Fernandes colou essa relação sob a seguinte ordem de determinações:

Os povos de origem colonial ou não partilharam dessa evolução do capitalismo, ficando à margem das verdadeiras vantagens dessa civilização, ou participaram dela como colônias, semicolônias e nações dependentes, o que gerou várias formas de desenvolvimento capitalista controlado de fora e voltado para fora, no sentido de que as estruturas e os dinamismos de suas economias e de suas sociedades estavam sempre nucleados a centros externos, que exerciam ou pelo menos compartilhavam do comando da exploração capitalista. Alguns desses países de origem colonial conheceram o não-desenvolvimento, outros o subdesenvolvimento, e todos tiveram enormes parcelas da riqueza nacional transferidas para o exterior, alimentando o esplendor do florescimento do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos (ou no Japão). (FERNANDES, 2012, pag. 89)

Com efeito, a via colonial pela qual ocorreu a evolução histórica da maioria dos países capitalistas da periferia outorgou a essas nações uma ordem de contradições muito específicas. Inicialmente, o desenvolvimento da economia colonial fora, em todos os ciclos econômicos, impulsionado e controlado por forças exógenas. Isso fundou as bases da dominação econômica externa das nações europeias centrais, que os processos de independência das colônias, no entanto, não foram capazes de eliminar ou modificar substancialmente.

Destarte, essas nações de origem colonial acharam-se, desde o início, enredadas numa contradição determinada a partir de fora. Portanto, sem conseguirem desatar-se dessa força imposta, do exterior, às suas sociedades, essas nações assistiram a um processo de transformação capitalista de suas economias

que não logrou romper com a dependência, mas, pelo contrário, acabou por aprofundá-la, exatamente porque fora levado a efeito sob as condições impostas pela dominação externa das economias centrais.

A contradição preponderante dos países da periferia do mundo capitalista, isto é, aquela que representa o eixo central que articula em torno de si o conjunto das demais contradições específicas, é a contradição da dependência. Em outras palavras, essa contradição que aparta os países capitalistas mais adiantados dos países capitalistas atrasados, abrindo uma distância civilizatória intransponível entre as sociedades centrais e as sociedades periféricas, é a contradição que antes de tudo torna essas nações dependentes em verdadeiras “nações proletárias”.

Essa contradição, engendrada pela dominação externa, consiste na coexistência de interesses econômicos contrários que disputam entre si a apropriação e o rateio das riquezas produzidas internamente pelas economias dependentes. Nesse plano da luta, o que está em jogo é a extensão da riqueza que permanece internamente e que deixa de ser transferida para as economias centrais. Essa divisão aberta entre a burguesia nacional, de um lado, e a burguesia externa e os setores da burguesia interna a ela associados, de outro lado, mantém-se como a principal contradição no seio das classes dominantes.

Não obstante, essas divergências entabuladas com a burguesia externa e, ademais, os interesses e as vantagens que poderia auferir de um tipo de desenvolvimento capitalista independente nunca foram suficientes para que a burguesia nacional optasse por um projeto autonomista de país. Isso porque ela nunca dispôs de força própria com que pudesse levar essas contradições a um nível de tensionalmente tal que pudesse romper com o modelo econômico dependente. Ademais, sempre que as classes populares emergiam na cena política como uma força viva, desfraldando bandeiras e requisições nacionais, a aliança possível com esses setores, em torno da defesa da soberania, era rejeitada pela burguesia nacional em prol de se conservar o pacto de poder das classes dominantes internas e externas.

Por essa razão é que Florestan Fernandes, ao enfrentar a questão nacional do ponto de vista da realidade dos países dependentes, distingue as funções reformistas e revolucionárias que um movimento dessa natureza pode desatar, tanto

em termos de processos de nacionalização da sociedade, quanto em termos de confronto com a dominação imperialista. E, assim, aponta que a responsabilidade por dar consequência a essas tarefas históricas em atraso incumbe, na fase atual da luta de classes, aos trabalhadores e ao conjunto das massas populares. Em suas próprias palavras:

Uma sociedade capitalista que não realiza nenhum tipo de reforma agrária e na qual a revolução urbana se confunde ou com a inchação, ou com a metropolização segmentada, terá de estar em débito com a revolução demográfica, com a revolução nacional e com a revolução democrática. Essas transformações são concomitantes e se regulam pelo grau de diferenciação interna do sistema de produção propriamente dito. Pode-se dizer o que se quiser a respeito de tais sociedades capitalistas: "Nações proletárias" ou "Nações de lúmpen-burguesias" - a verdade é que elas possuem um enorme espaço interno para as revoluções dentro da ordem. Transformações, que foram desencadeadas em outras sociedades capitalistas avançadas ("clássicas" ou "atípicas") a partir de iniciativas das classes altas ou das classes médias burguesas, nelas terão de transcorrer a partir de iniciativas das classes despossuídas e trabalhadoras: os condenados da terra têm o que fazer e, se eles não fazem, a história estaciona (isto é, o capitalismo não gera dividendos que interessem e aproveitem à Nação como um todo). Lembremos 1964: a revolução democrática é subitamente convertida numa revolução antidemocrática (FERNANDES, 2012, pag. 48)

Com efeito, em virtude do aprofundamento da dominação externa no estágio imperialista do capitalismo, radicou-se um sentido dependente cada vez mais determinante na forma de organização dessas economias. Esse sentido se materializa na hegemonia do capital externo, que articula em torno de si o conjunto das estruturas internas de controle e exploração do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Portanto, essa subordinação das economias periféricas às economias centrais, através de uma cadeia de transferência de valores e benefícios, é a base material em que se assentam os interesses da dominação econômica externa.

Por outro lado, é por intermédio da aliança de poder pactuada com as classes dominantes internas, que os interesses imperialistas, isto é, os interesses da dominação econômica externa, podem radicar-se na estrutura estatal desses países dependentes. Encontra, assim, o meio de tornar os Estado periféricos em instrumentos a serviço da dependência e, em última instância, instrumentos de sua

própria inviabilização enquanto Estados-nação. Dessa maneira, aquilo que Hegel havia distinguido como “o ponto de vista mais elevado do Estado”⁵, sucumbe, na forma assumida pelo fenômeno estatal nas nações dependentes, diante dos interesses da dominação externa.

2.1. APONTAMENTOS SOBRE DESENVOLVIMENTISMO E NEOLIBERALISMO NO QUADRO DO CAPITALISMO DEPENDENTE

No plano da grande política, a década de oitenta assistiu ao início de um processo de realinhamento de forças que só iria concluir-se completamente na década seguinte, quando a configuração de uma nova ordem mundial já não podia ser revertida. A partir de então teve fim prematuro o século XX. Por conseguinte, com o congelamento da luta de classes no nível mais amplo - ou seja, no nível em que o proletariado nega a ordem social imperante em todas as suas dimensões e de modo global-, houve uma drástica alteração da correlação de forças em favor do polo burguês da luta de classes.

Portanto, após a neutralização dos embates decisivos entre a burguesia e o proletariado, que se materializavam nas experiências de transição ao socialismo e nos revezes que a União Soviética era capaz de impor aos Estados capitalistas hegemônicos e à sua superpotência, abriu-se um quadro de recuo histórico diante do qual as classes trabalhadoras foram obrigadas a enfrentar um longo período de defensiva em todo o mundo. Ademais, além de não mais poder contar com uma

⁵ Sobre a contradição entre os interesses particulares e o interesse superior do Estado – ou o ponto de vista geral do Estado-, nas palavras de Hegel: “Assim como a sociedade civil é o campo de batalha dos interesses individuais de todos contra todos, assim aqui se trava o conflito entre este interesse geral e os interesses da comunidade particular e, por outro lado, entre as duas espécies de interesses reunidas e o ponto de vista mais elevado do Estado e suas determinações.” (Hegel, 1997, p. 277)

força cuja existência contrabalançava concretamente as pressões do sistema de poder burguês, do ponto de vista ideológico, o proletariado sofreu consequências igualmente avassaladoras, com repercussões tanto no campo do desenvolvimento da classe e de suas organizações, quanto no campo da disputa da hegemonia e da conquista do poder.

Esse novo cenário levou os países capitalistas centrais a uma mudança estrutural nas suas relações com a periferia do mundo capitalista. No que tange aos países da periferia onde logrou-se um desenvolvimento industrial de porte mediano, como o caso do Brasil, por exemplo, estava a se alterar uma relação de aliança que havia sido forjada e que predominou ao longo de todo o período anterior. Essa aliança de tipo estratégica unia as classes dominantes externas aos setores dirigentes da burguesia interna e da burocracia estatal em torno de dois objetivos centrais: aprofundar a transformação capitalista no plano econômico e responder às instabilidades geradas pela crise crônica do poder burguês que havia se instalado nos países periféricos.

Sem embargo, a aceleração do desenvolvimento capitalista experimentada durante o período militar não fora motivada somente pelos interesses puramente econômicos compartilhados pelas classes burguesas externas e internas. A modernização capitalista que se levava a efeito, embora tenha preservado e incrementado parte significativa das bases e dos fatores econômicos típicos da industrialização implementada no Brasil no período de 1930 a 1964, caracterizou-se como a etapa do modelo econômico desenvolvimentista que mais aprofundou a situação de dependência da economia brasileira em relação às economias centrais. Portanto, a aliança que ali se forjou envolvia interesses estratégicos muito mais amplos, e uma vez que foi realizada, não apenas definiu a opção prioritária da burguesia nacional pela associação subordinada, mas também selou em definitivo a dependência como a via de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

No que diz respeito ao Brasil e aos países periféricos que apresentavam uma importância estratégica e um potencial econômico semelhantes, a dominação econômica externa para realizar-se teve de passar pela aceleração do seu desenvolvimento capitalista. Nasquelas circunstâncias históricas, portanto, as relações de dominação dessas economias periféricas pelos países imperialistas

passaram a basear-se na transformação capitalista e na industrialização maciça, sem, no entanto, que os efeitos construtivos dessas transformações pudessem chegar a transpor os limites da esfera econômica.

Assim, a subordinação das estruturas e dos dinamismos dessas economias ao eixo das economias centrais, exigia que as burguesias dos países capitalistas mais avançados se pusessem a cumprir um papel fundamental na transformação capitalista desses países periféricos. Elas funcionaram como compensadoras das debilidades estruturais das burguesias periféricas, forjando um pacto para a modernização onde seus interesses tinham prioridade não apenas sobre os interesses econômicos de suas congêneres, mas inclusive sobre os interesses da nação como um todo.

Acerca da dominação do espaço econômico nacional, ao escrever sobre as forças externas e os interesses que possuem, Florestan Fernandes nos deu a seguinte síntese:

(...) estas entendidas como uma composição dos interesses da dominação externa, que hoje se chama de imperialismo, e que envolvem as grandes corporações multinacionais, os Estados capitalistas hegemônicos e sua superpotência, e todas as classes, nos referidos países, que tinham razões para defender as vantagens proporcionadas pela apropriação e o rateio do excedente econômico dos países capitalistas dependentes. (FERNANDES, 2012, pags. 90 e 91)

Nesse quadro, a transformação capitalista além de constituir-se como uma finalidade econômica das classes burguesas internas e externas, foi ela própria o meio que as burguesias dos países centrais encontraram para radicar mais a fundo o sentido da dependência como a determinação preponderante da organização das economias capitalistas periféricas. Combinada a todo isso, essa modernização também significou, do ponto de vista dos conflitos de classe travados nas sociedades periféricas, a resposta das classes dominantes diante da crise do poder burguês, no sentido de neutralizar, com os efeitos construtivos da modernização, as pressões e instabilidades que se acumulavam e poderiam se acirrar após a interrupção da revolução democrática em curso e o fechamento abrupto da ordem política desses países.

Com efeito, é nesse painel histórico, aberto com toda nitidez a partir da década de sessenta na América Latina, que se encontraram inscritos um conjunto específico de países periféricos, cujo potencial de desenvolvimento capitalista os distinguia dentre os demais. Enquanto a maioria dos países periféricos do continente fora condenada a não partilhar das verdadeiras vantagens propiciadas pelo progresso industrial, aquele conjunto de países, por sua vez, fora conduzido a experimentar a expansão capitalista através de um modelo de desenvolvimento dependente, cujo comando era exercido ou, ao menos, compartilhado com forças externas.

Nessas circunstâncias, o modelo de desenvolvimento capitalista adotado nesses países não pode ser compreendido inteiramente apenas a partir das análises de suas estruturas e dinamismos econômicos internos. Tomados no interior do espaço econômico nacional e examinados isoladamente, o máximo que esses elementos econômicos chegariam a revelar acerca do modelo de desenvolvimento ali implementado seria a forma de organização e o modo de seu funcionamento interno. Assim, por exemplo, analisando o modelo desenvolvimentista típico, que preponderou nesses países, do decênio de 1930 a meados de 1980, iremos verificar a presença estratégica do Estado na esfera econômica, engendrado a infraestrutura nacional de energia elétrica, telecomunicações, rodovias, ferrovias, portos e etc.; fundando a indústria de base do petróleo e da siderurgia, etc.; fomentando o crescimento econômico e a indústria nacional; implementando medidas de proteção ao mercado interno. Enfim, nesse período, iríamos notar que a função intervencionista do Estado lhe outorgava o papel de ser a locomotiva do processo de industrialização nacional. Junto às empresas do setor estatal, encontravam-se as empresas de capital privado nacional e as grandes corporações estrangeiras, formando o tripé do desenvolvimentismo clássico.

Ora, essas estruturas e dinamismos econômicos demonstram que estamos diante de um modelo de desenvolvimento capitalista industrializante, que logrou substituir o modelo econômico anterior baseado na exportação de artigos agrícolas e matérias primas. Ademais, esses elementos revalam que esses países periféricos adentraram na fase industrial do capitalismo, adotando o desenvolvimentismo como o modelo econômico correspondente. No entanto, tomados isoladamente, eles são insuficientes para explicar o tipo de capitalismo que aqui se implementou, e

tampouco seria possível relacioná-lo com as determinações mais distantes ligadas ao nível mais amplo da luta de classes e à expansão do capitalismo mundial.

Então, para chegarmos a compreender teoricamente o significado histórico que possui o modelo desenvolvimentista e a função que desempenha temos de situá-lo na totalidade do mundo capitalista. Em primeiro lugar, seu significado deve ser percebido sob o ponto de vista mais geral da evolução dos países de capitalismo tardio e dependente. Isso porque o desenvolvimento capitalista implementado nos países periféricos da América latina ocorreu tardiamente em relação às nações centrais e, sem embargo algumas tentativas de evolução independente, jamais logrou romper com a dependência externa. Portanto, antes de tudo, o modelo desenvolvimentista é um modelo de economia capitalista dependente, que se encontra subordinada ao eixo dinâmico das economias centrais.

Em segundo lugar, a partir do ciclo de governos militares e do ingresso desses países na fase monopolista do capital, a aceleração do desenvolvimento capitalista verificada na maioria deles foi, num aspecto, o modo encontrado de enfrentar a crise crônica do poder burguês instalada nessa parte da periferia do mundo capitalista. Portanto, o modelo desenvolvimentista tem de ser situado num quadro mais amplo, onde predominam, de um lado, a composição dos interesses das classes burguesas externas e internas em torno da dominação burguesa global e, de outro, as determinações derivadas do nível mais amplo da luta de classes. Esses fatores extra-econômicos não podem ser ignorados na equação que determina a evolução econômica de um país.

No entanto, este quadro mais amplo da política, que se caracterizava pela internacionalização da luta de classes e pela existência de um equilíbrio instável do poder mundial materializado na coexistência de duas superpotências contrárias, sofre transformações decisivas durante a década de 1980 até desaparecer por completo no início dos anos 1990. O painel histórico que se abre dali em diante é marcado pela ascensão de uma única superpotência mundial. Ela inaugura em torno de si e das potências capitalistas aliadas uma ordem unipolar, que se baseia num novo padrão de poder imperialista⁶. A esse novo padrão de poder, correspondeu a

⁶ Acerca do padrão de poder imperialista, inaugurado no período do pós-guerra, e da sua superpotência capitalista, Florestan Fernandes registra a seguinte nota: "Primeiro, essa tendência envolve um controle externo simétrico ao do antigo sistema colonial, nas condições de um moderno

criação de um sistema de poder global equivalente, que articulava, sob um polo único, a totalidade dos domínios da existência humana: economia, cultura, política e Estado, esfera militar e tecnológica, etc.

Portanto, em função desse realinhamento de forças em torno do polo burguês e, sobretudo, porque ocorreu sob os desígnios das burguesias externas imperialistas, abriram-se as condições para se por em marcha um padrão de dominação do espaço econômico externo muito mais intenso do que aquele que se tinha até então. Por conseguinte, no que diz respeito aos países periféricos da América Latina, mais especificamente àqueles países que haviam alcançado um grau mediano de desenvolvimento capitalista, como o caso do Brasil, Argentina e México, por exemplo, ocorreu uma alteração estrutural em suas relações com os Estados capitalistas hegemônicos.

Eles haviam entabulado com as burguesias e os setores dirigentes desses países periféricos uma aliança para forjar a aceleração da transformação capitalista de suas economias. Essa aceleração, implementada sob a égide dos regimes militares, fora impulsionada, em parte, pelo temor de que a crise crônica do poder burguês instalada no continente levasse à eclosão de novos processos revolucionários, a exemplo do que havia ocorrido anos antes em Cuba. Sem embargo, como essa crise deixou de existir a partir da década de oitenta, os Estados capitalistas periféricos foram conduzidos a alterar o centro gravitacional de sua atuação, deslocando-o cada vez mais das funções contrarrevolucionárias da luta de classes para funções capitalistas diretamente econômicas.

Com efeito, as repercussões advindas da modificação desse quadro mais amplo tiveram um papel decisivo entre os fatores que determinaram a crise do modelo desenvolvimentista. Em primeiro lugar, a estratégia dos Estados capitalistas hegemônicos para a América Latina deixa de ser a mesma com a eversão do quadro geral da luta de classes. A relação de aliança com as burguesias periféricas, que antes gravitava em torno da contrarrevolução prolongada⁷, passa a ter como eixo

mercado capitalista, da tecnologia avançada, e da dominação externa compartilhada por diferentes nações: Os Estados Unidos, como superpotência, e os outros países europeus e o Japão, como parceiros menores, mas dotados de poder hegemônico. No fundo, tal tendência implica um imperialismo total (...)"(FERNANDES, 1981, p. 18)

⁷ O conceito de contrarrevolução prolongada é empregado por Florestan Fernandes para designar a época histórica em que a dominação das classes burguesas passou a ser definida

central as vantagens econômicas decorrentes do controle e da exploração do espaço econômico externo. A preservação da dominação burguesa deixou de ser o desafio principal, para dar lugar aos interesses especificamente econômicos que passaram a ocupar o centro da estratégia. Em consequência dessa alteração, deixou de haver o imperativo que conduzia os Estados capitalistas hegemônicos a balizarem suas relações com esses países periféricos, compatibilizando os interesses da dominação econômica externa com os efeitos construtivos do desenvolvimento capitalista.

Portanto, diante das novas finalidades estratégicas definidas pela burguesia externa, que passam a vincular-se diretamente aos objetivos econômicos de apropriação e rateio do excedente produzido nas economias periféricas, o desenvolvimentismo assiste à dissolução de sua principal base de apoio. Na etapa do ciclo desenvolvimentista implementada durante o período militar, a aceleração da transformação capitalista constituía a mediação fundamental através da qual se processava a transferência de riquezas dessas economias periféricas para os centros externos. Não obstante a industrialização maciça ali verificada, o modelo de desenvolvimento capitalista dependente, que preponderou durante todo o ciclo desenvolvimentista, não se alterou no sentido abrir alternativas de desenvolvimento autônomo. Pelo contrário, foi especialmente durante o período militar que o caráter dependente do modelo econômico desenvolvimentista se intensificou irreversivelmente, em função da presença hegemônica dos interesses econômicos externos que se instalaram no espaço nacional.

Desse modo, as burguesias da periferia foram tangidas a assumir uma posição caudatária no processo de aceleração do desenvolvimento capitalista de suas economias. Seus interesses econômicos foram estruturalmente subordinados às iniciativas das burguesias centrais; sequer chegaram a tomar a forma dos interesses estratégicos de uma autêntica burguesia nacional. Assim, incapazes de arcar com o peso econômico de um projeto autonomista próprio, essas burguesias

internacionalmente no sentido de conservar o padrão de civilização burguesa que encontrava-se ameaçado pelas revoluções proletárias. Vejamos o seguinte trecho: "(...) o controle da periferia passa a ser vital para o 'mundo capitalista', não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo. Onde a oportunidade não fosse aproveitada ou fosse perdida, a alternativa seria o alargamento das fronteiras do 'mundo socialista' e novas transições para o socialismo." (FERNANDES, 1981, p. 253). O mesmo conceito também é largamente utilizado no texto "o que é revolução?" (FERNANDES, 2011)

tiveram seu destino de classe e o seu papel na totalidade do mundo capitalista determinados pelos desígnios da dominação externa. Examinando a opção adotada por essas burguesias, Florestan Fernandes pôde concluir que:

Está comprovado que as burguesias dos países capitalistas dependentes privilegiam a aceleração do desenvolvimento capitalista; elas não privilegiam o desenvolvimento capitalista independente. (...) é transparente que essa opção histórica traduz uma prioridade - e não uma prioridade qualquer, uma prioridade estratégica para as burguesias da periferia e do centro. (FERNANDES, 2012, pag. 96)

Ora, concluir que as burguesias periféricas priorizaram a aceleração do desenvolvimento capitalista ao invés de um desenvolvimento capitalista independente, não é pouca coisa. Essa conclusão nos obriga, em seguida, a perceber que a consequência necessária dessa opção é que essas burguesias também elegeram o modelo da dependência e a associação subordinada como a via de evolução de suas economias. As implicações a que isso leva constituem um conjunto de contradições específicas dos países capitalista dependentes, e nelas se distingue: 1) a ausência de um projeto de desenvolvimento econômico independente; 2) manutenção das estruturas e dinâmismos econômicos dos países dependentes nucleados a centros externos; 3) ausência de controle do espaço econômico nacional ou controle relativo.

Por conseguinte, como o desenvolvimentismo permanecia a reboque de iniciativas externas, tão logo o eixo da dominação imperialista se alterou, determinando novas finalidades econômicas estratégicas, esse modelo deixou de contar com a base de apoio representada pelas burguesias centrais e o papel compensador que cumpriam na modernização. Por outro lado, os fatores econômicos autóctones não foram desenvolvidos suficientemente e, portanto, sem os impulsos industrializantes externos, revelaram sua incapacidade de sustentar a continuidade do desenvolvimento econômico apresentado na fase anterior do desenvolvimentismo. Ademais, nesse cenário, arcar sozinhas com o peso econômico do desenvolvimentismo significaria conflitar com os interesses externos e, no limite, romper com o modelo da dependência, o que quase nunca foi uma opção para as burguesias periféricas. Por essas razões, o modelo

desenvolvimentista entra em crise, manifestando-se primeiro na América Latina durante a década de oitenta e depois no Brasil no decurso dos anos noventa.

Doravante, o processo de realinhamento das forças econômicas deflagrado em nível mundial criou as condições para a emergência de um novo ciclo de acumulação capitalista, onde o neoliberalismo pôde se impor como o modelo econômico hegemônico. Esse movimento, iniciado nos Estados capitalistas hegemônicos, caracterizou-se pela ampliação do controle que suas burguesias imperialistas exerciam sobre o conjunto dos espaços econômicos nacionais externos. Portanto, o eixo desse realinhamento foi a dominação econômica externa, e o seu sucesso significou: 1) o fortalecimento da dependência enquanto tendência que determina o sentido do desenvolvimento das economias capitalistas periféricas; 2) a implementação do modelo neoliberal como forma de organização dessas economias.

Por conseguinte, para que esse realinhamento fosse levado a efeito nas economias dependentes, materializando as duas consequências acima sublinhadas, foi indispensável a intermediação realizada pelos respectivos Estados capitalistas periféricos. Nesse sentido, a aliança de poder pactuada com as classes dominantes internas (mais especificamente com os setores da burguesia interna associados à burguesia externa) foi, por sua vez, o meio através do qual os interesses da dominação econômica externa puderam radicar-se na estrutura estatal desses países dependentes. Desse modo, esses Estados periféricos foram convertidos em instrumento a serviço da dependência e da implementação do modelo econômico neoliberal.

A consequência decorrente é que aquilo que Hegel havia distinguido como “o ponto de vista mais elevado do Estado”¹ sucumbe, na forma assumida pelo fenômeno estatal nas nações dependentes, diante da hegemonia dos interesses particulares da dominação externa. Com efeito, há duas tendências em permanente conflito incidindo sobre os Estado periféricos: de um lado, uma tendência que intenciona imprimir-lhe funções diretamente capitalistas; e de outro, uma tendência que intenciona imprimir-lhe funções universais e estratégicas

Em torno dessa coexistência de interesses contrários, orbitam três disputas centrais capazes de definir o papel dos Estados periféricos: 1) disputa do fundo

público ou dos recursos da nação; 2) disputa do papel estratégico do Estado na esfera econômica; 3) disputa da forma de organização das estruturas do Estado. Essas disputas foram designadas pelos analistas das classes dominantes durante o período neoliberal como: crise fiscal, crise do modo de intervenção do Estado e crise da forma burocrática de administrar o Estado. Sob sua ótica, todas essas crises eram dimensões⁸ da crise do Estado e consequências⁹ originadas dessa mesma crise e, portanto, não encontravam na totalidade dos fatores econômicos e extra-econômicos expostos as suas determinações preponderantes.

⁸ “A crise do Estado define-se então (1) como uma crise fiscal, caracterizada pela crescente perda do crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; (2) o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado, a qual se reveste de várias formas: o Estado do bem-estar social nos países desenvolvidos, a estratégia de substituição de importações no terceiro mundo, e o estatismo nos países comunistas; e (3) a superação da forma de administrar o Estado, isto é, a superação da administração pública burocrática.” (BRESSER PEREIRA, 1995, pag. 10)

⁹ “A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação.” (BRESSER PEREIRA, 1995, pag. 6)

CAPÍTULO 3: – DO CAPITALISMO CLÁSSICO AO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS E CARACTERÍSTICAS TÍPICAS

A primeira coisa que deve ser dita sobre o capitalismo é que ele não assume a mesma forma em cada uma das distintas configurações sociais e históricas em que se concretiza. De certo que nas mais variadas formas concretas de capitalismo estão presentes traços comuns referentes à tipologia; ou, dizendo de outro modo, elementos que o caracterizam como um tipo específico de sistema de relações de produção e de troca, e que permitem classificá-lo sociologicamente como uma forma mais desenvolvida com referência aos distintos sistemas que o precederam. Nesse nível mais elevado de classificação, portanto, a variação das partes ou das formas concretas de capitalismo que se verificam nas múltiplas realidades não implica na alteração qualitativa da natureza do todo, a ponto de gerar uma modificação da classe sociológica do sistema. De tal maneira que visto a estrutura e o funcionamento das partes, tanto no plano interno, formando um conjunto em si, quanto e principalmente no plano externo, vinculando esse conjunto em si como parte de um conjunto maior, o que se repete é a afirmação do capitalismo como realidade histórica e sistema típico em todos os planos. Dentro e abaixo desse nível de classificação sociológica, no entanto, o que o processo histórico ensina é que não existe apenas um único tipo de capitalismo, que tenha chegado a realizar-se universalmente como um modelo sem variações.

Como fenômeno característico do período moderno, a eclosão do capitalismo na qualidade de sistema dominante não pode ser dissociada do processo de formação e desenvolvimento das modernas nações europeias. A história dessas nações é, em grande medida, a história de como umas nações, através da dominação externa, se tornaram nações centrais, convertendo a maioria das demais em nações periféricas e fonte de acumulação originária de capitais, que iria alimentar e servir de base para engendrar a modernização capitalista que as constituiria como as nações mais avançadas de seu tempo. É justamente esse longo processo histórico o que explica o fato da eclosão do capitalismo ter ocorrido nas nações europeias e a associação insolúvel que se estabeleceu entre ambos.

Ademais, o capitalismo e as nações em questão não constituíram, vale ressaltar, apenas fenômenos ou manifestações dos tempos modernos, foram eles próprios fatores que contribuíram para criar a modernidade, de tal maneira que foi da conjugação de um e outro processo que teve origem a civilização e o polo mais avançado até ali da história em movimento. Com efeito, é nessa configuração histórica, marcada, ampla e profundamente, pelos impactos de sucessivas revoluções burguesas e pelos avanços da modernização civilizatória que elas criaram, que devemos situar tanto o moderno capitalismo industrial quanto as modernas nações europeias, que ademais lograram configurar-se, ao mesmo tempo, como as modalidades mais desenvolvidas e como os parâmetros, sucessivamente, dos distintos tipos de capitalismo e dos variados modelos de formações societárias.

A premissa de que não existe somente uma forma ou tipo de capitalismo possui uma enorme significação de ordem interpretativa para o modo como a sociologia analisa o desenvolvimento capitalista. A evolução do capitalismo é altamente variável e as mutações que essa evolução apresenta entre cada um dos casos específicos ou dos grupos de casos, para além de derivarem de particularidades locais, são variações produzidas por determinações muito mais distantes, e frequentemente pouco visíveis, que impossibilitam a existência de uma evolução geral linear ou de um caminho evolutivo similar ou análogo que se aplicasse universalmente a todos os tipos de capitalismo. Essas determinações, que engendram diferentes tipos de capitalismo a que correspondem variados padrões de desenvolvimento capitalista, estão ligadas a um nível da história em que a conexão entre dominação externa e revolução burguesa produziria duas categorias de nações: de um lado, as nações centrais e dotadas de poder hegemônico; de outro, as nações periféricas e submetidas a uma situação heteronômica.

No que diz respeito aos antecedentes que interessam à presente reflexão sobre o caráter variável da evolução capitalista, é preciso dar um passo atrás na observação histórica para compreender que o processo de formação dessas categorias de nações possui raízes que se radicam na crise do antigo sistema colonial. O colonialismo, ou, designado em termos teóricos mais precisos, a fase colonialista da dominação externa, constituiu um processo histórico pelo qual foi levado a cabo um empreendimento de escala global que ficou conhecido como “a

partilha do mundo”. As nações que tomaram parte nesse empreendimento, atuando como agentes da dominação colonial, faziam parte de um reduzido círculo de potências que se distinguiu pela presença do poder hegemônico. Tal tipo de poder alçava essas nações à categoria de nações hegemônicas, uma vez que possuíam o poder de controle e decisão sobre o destino e a vida interna das economias e das sociedades colonizadas. De outro lado, como a face oposta de uma mesma moeda, o poder hegemônico significava o domínio de territórios e contingentes populacionais e, conseqüentemente, sua diminuição à categoria de colônia.

As colônias, fundadas e mantidas sob esse sistema de poder colonial, achavam-se submetidas a uma situação de heteronomia, imposta unilateralmente de fora para dentro, sem comportar qualquer margem ou grau de autonomia política em face dos imperativos dos poderes coloniais. O colonialismo constituía um padrão de dominação externa cujas raízes estavam radicadas tanto nas estruturas e dinamismos da vida interna da colônia, quanto em suas relações com o núcleo hegemônico externo consubstanciado na metrópole, embora, na maioria das vezes, apenas essas últimas raízes, vinculadas à organização política colonial, possuíssem maior visibilidade. Isso se devia ao fato de que a condição comum de heteronomia das colônias era primordialmente mantida por determinações de natureza política, que estabeleciam, por intermédio de códigos de leis e tratados internacionais, normas consagradas das colônias como extensão dos domínios das potências metropolitanas.

Com efeito, as nações hegemônicas logravam manter o equilíbrio e o funcionamento da exploração econômica colonial através de um sistema de controle baseado fundamentalmente em vínculos políticos-jurídicos. Portanto, a incorporação das colônias ao espaço econômico, social e político das nações centrais era um processo que transcorria, primordialmente, por intermédio de mecanismo extra-econômicos, realizando-se mais em função da vigência de um estatuto colonial, do que devido à existência de relações econômicas mercantis. Não obstante sua predominância, o estatuto colonial não seria, de modo algum, a única fonte de determinações engendrada pelo período colonial a se mostrar importante para a dominação externa, como revelaria as fases históricas que iriam suceder à supressão do jugo colonial.

A desagregação do antigo sistema colonial e o conseqüente processo de independência das colônias latino-americanas, que emergiriam como nações politicamente emancipadas, não significou e nem poderia significar a supressão em geral da dominação externa. O que desapareceu, em verdade, foi uma forma específica dessa dominação, que deixou de existir historicamente, ao menos como sistema de poder dominante, para dar lugar a uma segunda forma de dominação relativamente superior. Portanto, para colocar a transição entre as fases da dominação externa nos termos analíticos em jogo, podemos dizer: o padrão colonialista de dominação externa foi negado e superado pelo neocolonialismo, que passou a operar tanto como um padrão mais desenvolvido daquela dominação, quanto como o sistema imperante de organização do poder. Assim, a reorganização do sistema de poder mundial operava duplamente, seja ao nível das relações entabuladas pelas nações centrais entre si, seja ao nível das relações recém-criadas entre as nações centrais e as nações que acabavam de emergir do mundo colonial.

Destarte, a crise do antigo sistema colonial constituía a materialização da incapacidade das potências coloniais pioneiras continuarem a conservar o equilíbrio e o funcionamento do *status quo*, tal como vinham fazendo no período anterior. A dominação das colônias começava a apresentar sinais de esgotamento na medida em que a hegemonia das nações pioneiras do colonialismo, especialmente Portugal e Espanha, passou a se ver defrontada pela presença de uma nova força que ingressava na concorrência pela dominação externa. Esse novo fator, cuja aparição provocou inicialmente fortes tensões no equilíbrio dinâmico do sistema de poder colonial até culminar, posteriormente, em revezes insuperáveis para os agentes coloniais, foi a emergência das modernas nações capitalista dotadas de poder hegemônico. Essas nações (sobretudo Inglaterra e França), ao deslocarem o poder hegemônico das antigas nações coloniais, provocando com isso uma alteração decisiva na correlação de forças existente entre as potências externas, lograram condições para forçar uma modificação definitiva no padrão vigente da dominação externa, o que viria a desencadear um processo de conseqüências profundas e duradouras para o destino das colônias. Doravante, as colônias se achariam liberadas da dominação colonial e da antiga ordem de relações políticas que ela implicava.

Sem embargo, o estado de heteronomia, que constituía a caracterização típica da situação colonial, não chegou a desaparecer mesmo depois que o processo de emancipação política logrou converter as colônias em nações formalmente independentes, realizando a transição de uma situação colonial para uma situação nacional. No que se refere aos efeitos positivos que esse processo desencadeou no domínio da organização da vida política interna, por ora nos é suficiente dizer que ele contribuiu verdadeiramente para a internalização dos núcleos de poder e assentou as bases para a implantação de um Estado nacional, condições que constituem os pressupostos típicos para a realização de uma autêntica revolução nacional. Portanto, o que é preciso ressaltar, sob a perspectiva da presente análise, é que o processo de emancipação em foco modificou significativamente o estado de dependência da América Latina, a despeito de não ter produzido uma ruptura definitiva com a situação estrutural de heteronomia. Sob a ótica de Florestan Fernandes, essa emancipação representava apenas a primeira etapa, mas de todo modo uma etapa em que a roda da história fora girada para frente, desencadeando consigo um processo que necessariamente haveria de ter longa duração.

A consequência de um similar processo de emancipação, cujo transcurso fora interrompido sem que pudesse suprimir integralmente a dominação externa, materializou-se na emergência de formações nacionais que surgiram enredadas na contradição da heteronomia. O modelo clássico de formação nacional caracteriza-se pela presença da autonomia como elemento constitutivo do tipo. Isso quer dizer que, quando tomamos o parâmetro das modernas nações ocidentais, o estado de autonomia aparece como a regra, como a situação normal dessas nações. Por conseguinte, o tipo de desenvolvimento produzido pelas nações modernas terá de corresponder a um desenvolvimento autônomo¹⁰ (ou, pelo menos autônomo, já que

¹⁰ Ao empregarmos os três conceitos (heteronomia, autonomia e hegemonia), a finalidade procurada não foi a de enfatizar o debate terminológico existente em torno deles ou, tampouco, remontar a matriz teórica a que cada um se vincula. A finalidade de sua utilização consiste, centralmente, em que, possibilitando a caracterização das variadas nações, em termos da existência de poder de controle e determinação, esses conceitos permitem, conseqüentemente, distingui-las e classificá-las dentro da hierarquia do sistema mundial de dominação externa. Ademais, possuem a grande vantagem de fornecer um modelo de classificação que incorpora a ideia de graus de poder, ou seja, entre os polos extremos em que figuram nações dominantes, de um lado, e nações dominadas, de outro, existe um gradiente amplo de diferentes níveis de concentração de poder, sugerindo que as nações podem transitar de um polo para outro passando por posições ou fases intermediárias. Por último, a nosso ver, lançar mão desse recurso não implica perdas para o rigor

o desenvolvimento hegemônico é uma variação possível e até recorrente), e, em todos os casos, essas nações não terão de coexistir com a presença da heteronomia, como situação estrutural que induz a insuficiências e deformações no desenvolvimento.

De outro lado, no que tange ao modelo das formações coloniais, a vigência da heteronomia ali observada, além de aparecer como uma situação concreta que predominava nas colônias, correspondia ao status normal que o processo histórico lhes havia atribuído. Quer dizer, onde existissem colônias, também existiria necessariamente heteronomia. Essa formulação possui dois sentidos: 1) a heteronomia, como realidade prática, que se generalizou e tornou-se predominante nas formações coloniais; 2) a heteronomia, como realidade histórica, que se traduzia em um status, em um estado de coisas normal das formações coloniais, e, finalmente, que se convertia em condição definitiva criada pela própria história em geral, e não por uma época histórica determinada, pela época histórica específica da dominação colonial. Portanto, a heteronomia das formações coloniais se apresentava como se fosse uma condição inexorável, tal qual um produto acabado da história universal. No entanto, a dialética veio se fazer presente e no momento em que o colonialismo deixou de operar como uma tendência histórica, sendo suprimido pela força dos processos de emancipação nacional, aquilo que a princípio se apresentava como a história universal das colônias, passou a se revelar, em verdade, como nada mais do que uma das fases da história das colônias em seu movimento de tornar-se nação. E, assim, a heteronomia que originalmente se impunha como um estado, passou a se impor unicamente como uma situação. Eis a

científico da análise e, tampouco, algum tipo prejudicial de ecletismo. No mesmo sentido se define a compressão de Florestan Fernandes: "O conceito de hegemonia aparece ligado à análise marxista. O mesmo não sucede com os conceitos de autonomia e heteronomia (propostos por Weber). Os três conceitos encontram uma aplicação corrente, que escapa às definições iniciais. Ignorando-se o debate acadêmico, entretanto, parece claro que um país pode conseguir um grau de autonomia relativa quanto ao desenvolvimento científico-tecnológico, sem possuir componentes hegemônicos (ou possuindo componentes hegemônicos muito fracos). Do mesmo modo, um país hegemônico, em termos de desenvolvimento científico-tecnológico, pode importar grande parte do estoque de invenções, de talentos e de tecnologias de outros países (hegemônicos, autônomos ou heteronômicos). No contexto capitalista, a hegemonia é uma condição essencial. Países que passam dessa condição para outra, de simples autonomia (quanto ao desenvolvimento científico-tecnológico) correm o risco de se verem convertidos, a curto ou a longo prazo, em países heteronômicos." (FERNANDES, 1981, p. 138)

dura e tortuosa dialética da revolução nacional a que coube atravessar as nações originadas do período colonial.

Não obstante, as formações nacionais que puderam eclodir na América Latina durante o século XIX, achando-se no seio do movimento de ruptura com os nexos coloniais vigentes, representaram, entretanto, somente o primeiro momento de uma revolução nacional ainda inconclusa. Com efeito, a heteronomia, que também pode ser designada como dependência em sentido lato, acabou por se converter na marca distintiva das nações que se originaram do período colonial. Mesmo sendo um fator originalmente produzido pela dominação externa colonialista, a heteronomia sobreviveu a ela e, graças às sucessivas modificações das bases em que se assentava, pôde apresentar-se renovada, mantendo-se viva e atuante dentro da nova situação histórica, a ponto de determinar que as nações emergidas sob sua insígnia fossem classificadas em um grupo distinto e inferior, vis-à-vis as modernas nações ocidentais, o grupo das nações classificadas como dependentes.

Até aqui a recuperação dos antecedentes históricos referentes ao período colonial demonstrou-se de grande importância, especialmente interpretativa, para o modo como a sociologia analisa os caminhos que levaram algumas nações a se originarem historicamente como formações independentes e outras como formações dependentes. As categorias essenciais de que necessita partir o analista, bem como as ideias centrais que devem calibrar sua ótica de interpretação histórica e sua perspectiva de análise sociológica, no que se refere às classes de nações e aos tipos de desenvolvimento, podem ser expressas nas seguintes interrogações: 1) O que é a dominação externa em geral? 2) Quais as fases e padrões da dominação externa? 3) O que é o colonialismo, como padrão de dominação externa? 4) Em que consiste o colonialismo, como padrão de desenvolvimento econômico heteronômico produzido pela dominação colonial? 5) Que causas levaram à transição do colonialismo para o neocolonialismo? 6) O que é o neocolonialismo, como padrão de dominação externa? 7) Em que consiste o neocolonialismo, como padrão de desenvolvimento econômico heteronômico produzido pela dominação neocolonial? 8) Que causas levaram à transição do neocolonialismo para o imperialismo? 9) O que é o imperialismo, como padrão de dominação externa? 10) Em que consiste a dependência em sentido restrito, como padrão de desenvolvimento econômico heteronômico produzido pela dominação imperialista?

Ao colocar a reflexão, assim como feito acima, em forma de questões, é possível que a formulação ganhe um ar indesejado de esquematismo, mas ainda assim fazê-lo possui mais vantagens do que desvantagens, ao menos no que diz respeito à compreensão das categorias envolvidas no processo de dominação externa em geral. Um segundo aspecto que é necessário enfatizar, em termos de interpretação do movimento histórico, é que o processo da dominação externa ao se desenvolver historicamente, passando de uma época à outra, metamorfoseando um padrão mais simples em um padrão mais complexo, cria uma tendência geral de subordinação da totalidade à dominação externa de tipo imperialista. Sem embargo, o padrão imperialista não se concretiza historicamente negando e substituindo todos os tipos de heteronomia criados pelas épocas históricas anteriores, como pode fazer supor o esquema acima. A criação de formas de heteronomia mais complexas não se apresenta para o imperialismo como uma inexorabilidade histórica, mas como uma possibilidade, a ser manejada conforme determinações mais distantes ligadas à estabilidade da dominação externa em geral e às exigências da exploração econômica capitalista. Em razão dessa dinâmica é que coexistem, no presente, formas de heteronomia e padrões de desenvolvimento econômico produzidos, tanto em épocas históricas anteriores, quanto na época atual, ou, com as palavras do próprio Florestan Fernandes, isso ocorre em razão da “resistência severa das classes burguesas externas em permitir [ao menos] modelos de desenvolvimento capitalista de tipo independente (isto é, que escapassem ao colonialismo, ao neocolonialismo e à dependência em sentido restrito ou específico).” (FERNANDES, 2011, p. 90)

Certamente o caminho de evolução da dominação externa e as sucessivas fases e formas que haveria de assumir ao longo do decurso histórico não podiam ser observados e, de fato, não estavam contidos *a priori* no período colonial. Isso em razão de que as formas sociais menos evoluídas de um processo - no caso em foco, a forma colonial do processo de dominação externa- são incapazes de predizer ou explicar o seu futuro. Porém, tais formas, em função de se encontrarem próximas mesmas à origem histórica do processo que lhes engendrou e por serem, conseqüentemente, pouco desenvolvidas e complexas, acabam revelando de maneira muito mais evidente e imediata a razão de ser do processo a que pertencem, uma vez que se acham despojadas das inúmeras relações que

futuramente, superpondo-se a elas, acabam por ocultar sua verdadeira essência. Por isso, recorrer ao período histórico colonial torna-se útil, pois lá a dominação externa se apresenta em sua forma mais crua e direta, livre de mediações, e despida de toda sorte de aparências que queiram ocultar seu verdadeiro significado histórico. Nesse sentido, vejamos qual é o raciocínio de Ruy Mauro Marini, ao recuperar a conhecida formulação de Karl Marx registrada na obra “ Introdução à crítica da economia política” :

Mas aqui, como sempre, a verdade tem um duplo sentido: se é certo que o estudo das formas sociais mais desenvolvidas lança luz sobre as formas mais embrionárias (ou, para dizê-lo como Marx, “*a anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco*”), também é certo que o desenvolvimento ainda insuficiente de uma sociedade, ao ressaltar um elemento simples, torna mais compreensível sua forma mais complexa, que integra e subordina esse elemento. (MARINI, 2011, p. 132 e 133)

O conjunto das questões formuladas acima configura, em verdade, muito mais uma ordem de problemas e reflexões teóricas cuja função consiste, primeiramente, em contribuir para o alargamento do horizonte científico e para a fundamentação do painel de debates que surgem em função dos dilemas históricos vividos pela América Latina. Portanto, em virtude da natureza e do grau de complexidade das questões colocadas, elas não podem ser encaradas e solucionadas como simples interrogações que esperam respostas pragmáticas e estáticas. Primeiro, porque não é suficiente, para equacionar questões desse tipo, que elas sejam respondidas com teorias apenas lançadas no papel, formulações doutrinárias fechadas em si mesmas ou circunscritas ao nível da reflexão abstrata, sem passar pelo inflexível crivo da prática, que haverá de dizer se a elaboração e a proposta teóricas são corretas ou não, condizem com uma explicação válida do movimento da realidade ou não, possuem ou não viabilidade de se converterem em força material transformadora dentro de um contexto histórico determinado. Segundo, porque assim como a realidade é movimento constante, quer ao nível conjuntural da realidade do aqui e agora, quer ao nível estrutural das grandes épocas e de suas inflexões históricas, assim também as respostas teóricas não podem ser estáticas, devendo atender às exigências de fazer face às continuas

modificações do decurso histórico e de seus desdobramentos para o dilema latino-americano.

Desse modo, aquelas questões devem ser tomadas como uma problemática científica e prática de longa duração, figurando como uma esfinge que paira sobre as preocupações e análises daqueles que se põe a pensar o passado, o presente e o futuro da América Latina. Porque, ao fim e ao cabo, tendo sido essas questões parte relevante da problemática com que se defrontaram Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini em suas reflexões sobre a subordinação das economias e sociedades latino-americanas, elas também expressam, ao mesmo tempo, um debate que irrompeu no contexto latino-americano, a partir das décadas de 1930 e 1940, e que se desenvolveria nos decênios ulteriores, até alcançar um elevado grau de maturidade teórica nas décadas de 1970 e 1980, subsistindo até os dias correntes. Tal debate, que ganhou ampla projeção, penetrando profundamente em todos os círculos sociais e dimensões da sociedade de classes, procurava apresentar uma explicação e uma proposta, tanto teórica, quanto prática, para o dilema da formação nacional e do desenvolvimento econômico nos países da periferia do mundo capitalista.

Até aqui a compreensão analítica do processo da dominação externa e das implicações que ele acarreta, sobretudo, ao dividir as nações mundiais sob o critério da presença de poder hegemônico (que é, como já havíamos assinalado, a capacidade de decidir e controlar a vida interna do próprio país e, externamente, determinar o destino das nações subalternadas) tem-se revelado fundamental especialmente quando se toma em linha de conta a premissa inicial que deu partida a essas reflexões: não existe apenas um tipo de capitalismo. Vejamos, na síntese a seguir, extraída do ensaio “A revolução burguesa no Brasil”, o modo como Florestan Fernandes se põe a refletir sobre o problema do desenvolvimento capitalista, analisando suas variações por intermédio de determinações e nexos de causalidade extraídos de múltiplos domínios, para além do especificamente econômico:

(...) Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica. Além disso, se se toma um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, pode-se verificar que é suscetível de utilizações variáveis, de acordo com os

interesses estamentais ou de classes envolvidos pelo desenvolvimento capitalista em diversas situações histórico-sociais e as probabilidades que eles encontram de varar o plano das determinações estruturais e de se converterem em fatores da história.

No caso brasileiro, o desenvolvimento capitalista significou coisas distintas, em cada uma das três fases que marcam a evolução interna do capitalismo. Em nenhuma delas tivemos uma réplica ao desenvolvimento capitalista característico das Nações tidas como *centrais e hegemônicas* (quanto à irradiação e à difusão do capitalismo no mundo moderno). Ao contrário, nas três situações sucessivas, o desenvolvimento capitalista apresenta os traços típicos que ele teria de assumir nas Nações tidas como *periféricas e heteronômicas*, fossem ou não de origem colonial.(...) (FERNANDES, 1981, p. 222)

A riqueza da formulação teórica contida nesses dois parágrafos não é somente digna de ser registrada pelos estudiosos sérios da realidade latino-americana. Mais do que isso, ela acaba se convertendo, mesmo, em um imperativo para o pensamento crítico, no sentido de que ele passe a incorporar, em sua perspectiva de análise, a propensão ao desenvolvimento dependente, como tendência que predomina no tipo de capitalismo que eclode na economia e na sociedade latino-americanas.

Sua contribuição, todavia, não se restringe a identificar a aparição histórica de um capitalismo estrutural e funcionalmente distinto do modelo capitalista pertencente aos casos clássicos. Tê-lo feito foi sem dúvida um mérito, que, se, por um lado, não pode ser atribuído unicamente a Florestan Fernandes, por outro, contribuiu para fortalecer a concepção¹¹ que contradizia a tese largamente aceita de que a posição subordinada da economia latino-americana devia-se mais à evolução tardia do capitalismo na região (constituindo-se, por conseguinte, uma simples etapa do capitalismo a ser superada gradualmente por sua própria evolução histórica), do que, principalmente, ao fato da dependência configurar-se como o modelo de desenvolvimento desse mesmo capitalismo.

¹¹ No mesmo sentido é que se define a concepção de Ruy Mauro Marini, opondo-se às “diferentes correntes chamadas desenvolvimentistas, que supunham que os problemas econômicos e sociais que afetavam a formação social latino-americana tivessem origem na insuficiência do desenvolvimento capitalista e que a aceleração deste bastaria para fazê-los desaparecer.” (MARINI, 2011, p. 160)

Com efeito, um primeiro aspecto importante a ser ressaltado, consiste em que sua reflexão teórica fundamenta-se nos pressupostos históricos em que deitaram raízes o capitalismo clássico e sua variante latino-americana. Dessa maneira, ao remontar o movimento da história onde são produzidas as determinações de origem de um modelo e outro, sua análise ilumina as diferentes condições estruturais de que partiram e com as quais, tanto é possível explicar a emergência de tipos de capitalismo tão radicalmente distintos, quanto é possível inferir as tendências evolutivas que devem predominar no desenvolvimento de cada um dos casos. Prossigamos agora a um segundo aspecto igualmente relevante. De forma simultânea e complementar a esse modo de realizar a investigação - que nada mais é do que a própria aplicação do método histórico-, a reflexão supracitada abre diante do leitor um amplo painel de categorias e relações de causalidade, onde se acham dialeticamente relacionados uma multiplicidade de fatores, produzidos e operantes em diferentes níveis históricos¹², de esferas econômicas e extra-econômicas, que também irão pesar nos momentos determinantes do desenvolvimento dos dois tipos de capitalismo.

Passemos, portanto, a apontar os traços essenciais e a fazer uma breve contextualização dos pressupostos históricos e das condições estruturais e funcionais do capitalismo clássico e do capitalismo latino-americano, nos limites que possam interessar à presente análise. Concomitantemente, algumas questões preliminares devem ser enfrentadas, com o intuito de permitir o avanço da investigação.

Nas fases de seu desenvolvimento histórico que precederam à época Moderna, o capital, como forma de circulação (isto é, na fase específica em que se apresenta, predominantemente, como um valor empregado na esfera da troca com o objetivo de incrementar-se, reproduzindo de forma ampliada o capital inicial investido; a essa fase, a literatura marxista denominou de circulação mercantil simples, e pode ser expressa na fórmula *comprar para vender*) não constituía o eixo central da acumulação de valor. Formas econômicas anteriores produzidas por modos de produção que lhe antecederam historicamente (como o escravismo, o

¹² “(...) a história possui vários níveis e direções: comunidades dentro de nações; nações consideradas isoladamente; e nações postas em confronto com as civilizações.” (FERNANDES, 1981, p. 150)

feudalismo, ou o modo de produção asiático, por exemplo) constituíam-se como fontes de produção e meios de troca de excedente econômico mais operantes e generalizadamente difundidos que o próprio capital. Em razão disso, o capital não reunia condições, ao nível em que se confrontava economicamente com formas pré-capitalistas de produção, circulação e troca, para se configurar como o modo de circulação e o modo de produção dominantes¹³.

É somente com a expansão mercantil, iniciada no século XV e radicalmente impulsionada pela colonização do continente americano, que o capital adentra na antessala de sua história moderna, podendo contar com bases econômicas suficientemente sólidas para iniciar a transição que o converteria em um sistema econômico dominante¹⁴. Sob o enfoque da presente análise, o que importa enfatizar é que esse acontecimento significou um verdadeiro divisor de águas na evolução histórica até então apresentada pelo capital. O capital comercial que ocupava uma posição econômica periférica e desempenhava funções secundárias no que diz respeito aos processos vigentes de produção e circulação de riquezas, passou a conquistar, crescentemente, mais e mais espaço na economia europeia, primeiro, e na totalidade da economia mundial, em seguida.

Destarte, uma das implicações mais decisivas desse movimento consiste em que a circulação mercantil simples seria universalizada (ou, dizendo de outro modo, as relações comerciais destinadas, centralmente, a promover a acumulação de capital, ao invés da simples troca de um valor de uso por outro, seriam difundidas na economia mundial). Tal modificação apenas pôde ocorrer, porque o capital comercial logrou encontrar nas relações econômicas, estabelecidas por nações livres entre si ou com suas respectivas colônias, o espaço econômico que lhe era obstruído no

¹³ Vejamos no seguinte trecho como Ernest Mandel pontua essa diferença: “A existência do capital não se identifica com o modo de produção capitalista. Pelo contrário, capitais existiram e circularam durante milênios antes da eclosão do modo de produção capitalista na Europa ocidental (...)” (Mandel, 1977, p.20)

¹⁴ Para uma caracterização sintética do modo como a nossa região contribuiu para essa transição histórica, vejamos o seguinte trecho: “Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria.” (MARINI, 2011, págs. 133 e 134)

interior das economias locais em que nascera. Portanto, o mercado mundial que acabava de irromper, ao ampliar a esfera de circulação de mercadorias para a quase totalidade de regiões disponíveis, possibilitou, simultaneamente, a mercantilização das formas de circulação e o estabelecimento das bases estruturais e dinâmicas para a expansão e consolidação do capital comercial. Com efeito, assistiu-se a uma mudança de qualidade no processo evolutivo do capital: o capital comercial, antes uma forma marginal de troca de mercadorias, estabeleceu-se como um modo de circulação consolidado, apresentando uma forte tendência a tornar-se dominante.

Isso significa que o capital havia se desdobrado em um sistema econômico. Primeiramente, cabe chamar a atenção para o fato de que esse sistema econômico assumia uma configuração altamente complexa, no sentido de que havia uma mescla e uma articulação de formas econômicas capitalistas a formas econômicas coloniais. Considerado do ponto de vista global, esse sistema econômico se organizava de modo a criar uma estrutura de mercado estratificada, caracterizada pela superposição do capitalismo sobre o colonialismo, e que podia ser evidenciada no fato de que os interesses da acumulação capitalista iam crescentemente subordinando os interesses econômicos do empreendimento colonial. Certamente, ainda não estávamos diante do sistema econômico capitalista que seria mais tarde engendrado pela moderna produção industrial. Mas o fato de que a economia global fosse amplamente organizada segundo o sentido atribuído pela estrutura de mercado, acabava por definir o lado capitalista desse sistema¹⁵. E como o complexo padrão de exploração colonial¹⁶ em funcionamento sugeria, essa estrutura de circulação possuía dois níveis, articulados e superpostos: o primeiro, onde tinha vigência o mercado colonial; e o segundo, em que operava o mercado capitalista.

Os agentes econômicos capitalistas, embora não detivessem o controle do mercado colonial, esfera em que se realizavam os intercâmbios econômicos entre as

¹⁵ Por essa razão, Florestan Fernandes ao referir-se à economia das colônias latino-americanas, contemplada na perspectiva do sistema em seu conjunto, e no que se refere às vinculações com o plano internacional, considerava que estávamos diante de um capitalismo colonial. Veja-se, por exemplo, seu texto “o que é revolução?”, página 18. (FERNANDES, 2011)

¹⁶ Em síntese, a característica essencial que define esse padrão encontra-se no fato de que os resultados da exploração colonial eram repartidos entre os agentes coloniais e os agentes econômicos capitalistas.

nações coloniais e suas respectivas colônias pelo pacto de exclusividade, lograram obter uma penetração econômica significativa inclusive nesse plano, seja por meio do financiamento aos agentes coloniais, do domínio de tecnologias de produção, de manufatura e de transporte, seja, ainda, pelo controle do mercado europeu, onde as mercadorias eram consumidas. Portanto, não é um exagero afirmar que o sentido da economia mundial foi, desde o começo da partilha do novo mundo, compartilhado e, de forma cada vez mais crescente, determinado pelo capitalismo, que, até meados do século XVIII, exercia sua influência operando, centralmente, na esfera da circulação.

Por conseguinte, à medida que o capitalismo comercial expandia suas fronteiras, conquistando posições-chaves no comércio externo e parcelas cada vez maiores do mercado mundial, mais se elevava o montante de excedente econômico absorvido pelos agentes capitalistas. No que diz respeito a essas transformações econômicas, faz-se necessário destacar que o novo padrão de acumulação de capital que elas produziram somente pôde viabilizar-se graças à coexistência de diferentes fontes de produção. Em primeiro lugar, o grosso do capital acumulado nos países europeus baseava-se na produção escravista ou servil, que haviam sido engendradas no interior da economia colonial latino-americana. Portanto, a propalada acumulação originária de capital tinha como contraponto essas formas de produção pré-capitalistas, sem as quais não seria possível viabilizar a formação de excedentes econômicos em níveis tão elevados como se deram. Em segundo lugar, outra parte da acumulação de valor baseava-se na pequena produção mercantil¹⁷, que se desenvolveu na Europa até ser substituída por formas capitalistas de organização da produção, em geral, e pela criação da grande indústria moderna, em particular. A pequena produção mercantil, mediada pelos agentes capitalistas (ou seja, pelo mercador que comprava a mercadoria, para vendê-la a preço superior), ao coadjuvar em um primeiro momento para a ampliação do comércio de bens manufaturados, também foi responsável pela consolidação e expansão do capital comercial nos países europeus.

¹⁷ "Chamamos pequena produção mercantil a organização econômica na qual prevalece a produção para a troca por parte de produtores que continuam senhores de suas condições de produção." (Mandel, 1977, p.18). Como podemos verificar, o traço essencial que define a pequena produção mercantil, como uma forma de produção pré-capitalista, encontra-se no fato de que os meios de produção não são propriedade dos agentes capitalistas, mas sim dos próprios trabalhadores.

Com efeito, uma primeira conclusão que podemos ressaltar é precisamente a de que o valor acumulado pelos agentes capitalistas não era extraído diretamente da esfera econômica em que ele era produzido, mas sim de uma esfera intermediária. O valor é criado na esfera da produção, entretanto, como o capitalista não possuía o controle direto da fase produtiva, dos meios de produção, da força de trabalho, dos insumos, etc., ele dependia fundamentalmente da esfera da circulação (ou troca) para poder se apropriar de valor e, subsequentemente, formar o capital que movia seu interesse. Portanto, as principais formas de se valorizar o capital (representadas: 1) no ato de comprar a mercadoria, para vendê-la a preço superior; 2) ou na operação de emprestar dinheiro a juros) funcionavam através de mecanismos de extração de valor que operavam exclusivamente na esfera da troca, violando com isso o valor de troca, seja na regulação dos preços de compra e venda, seja na fixação da taxa de juros. Isso supõe que o capitalismo comercial engendra um processo de acumulação de capital ainda incompleto, no sentido de que o ciclo do capital não apresenta (ao menos não plenamente) todas as suas fases características: produção, distribuição, troca e consumo¹⁸.

A preponderância de uma equivalente forma de extração de valor, que constituía mesmo a característica típica da fase comercial do capitalismo, trouxe como consequência a formação de um sistema econômico capitalista cujo centro de gravidade estava situado no mercado. Isso implicou na circunstância de que, em seu movimento para tornar-se o sistema dominante da economia mundial, tanto no que diz respeito à subordinação ou à eliminação das formas econômicas produzidas por modos de produção anteriores (aqui se incluindo o sistema colonial), quanto no que se refere a converter-se no eixo central da absorção de riquezas, o capital comercial encontraria obstáculos resultantes da ausência de controle da esfera produtiva. Em outros termos, o capital somente lograria completar o movimento que iria torná-lo a determinação predominante do sistema econômico mundial, quando chegasse a controlar a produção material. Antes disso, a direção dos processos econômicos que poderia exercer, e a exploração econômica de cujos resultados poderia se apropriar, seriam sempre parciais e relativamente instáveis.

¹⁸ Sobre o ciclo do capital, veja-se a introdução de “Grundrisse”, de Karl Marx (Marx, 2011)

Não obstante, a uma certa altura do desenvolvimento do capitalismo comercial¹⁹, que, do ponto de vista da explicação estritamente econômica, corresponde à formação de um fundo de capital grande o suficiente para alimentar a penetração massiva na esfera da produção, ocorre o surgimento da grande indústria e, subsequentemente, a expansão e consolidação do modo de produção capitalista especificamente moderno (já preparado pela produção manufatureira pré-industrial). Dali em diante,

(...) o detentor de capitais não é simplesmente usurário, banqueiro ou mercador. É proprietário de meios de produção, alugador de braços, organizador da produção, fabricante, manufaturador ou industrial. A mais-valia deixa de ser extraída da esfera da distribuição. Passa a ser correntemente produzida no decurso do próprio processo de produção. (Mandel, 1977, p.20)

Em decorrência da eclosão da grande indústria moderna, o capital mercantil, ou seja, aquele capital que assumia a forma de dinheiro ou de mercadoria para poder crescer, passa a se metamorfosear, crescentemente, em capital industrial, no sentido de que será no interior do processo de produção onde encontrará maiores possibilidades para extrair valor. Agora não se trata mais de “comprar para vender” ou de emprestar de dinheiro a juros simplesmente. A principal maneira de se incrementar o capital fora deslocada da esfera da troca para a esfera da produção, em virtude da modernização da produção capitalista. Essa mudança de qualidade, expressa no deslocamento do eixo da extração de valor para a esfera da produção,

¹⁹ Convém sobre esse ponto apresentar uma breve digressão acerca do movimento dialético em contraste com o movimento linear. A passagem para o modo de produção capitalista especificamente moderno, que coincide com a revolução industrial e com seus avanços técnicos trazidos pelo maquinismo, embora seja tributária da produção manufatureira que lhe antecedeu historicamente, não pode ser explicada unicamente por ela. Isso quer dizer, como já havíamos sugerido anteriormente, que a produção capitalista moderna não é o resultado simples do avanço gradual das formas de produção pré-capitalistas. Ao contrário, ela deve ser explicada, principalmente, pela mudança de qualidade ocorrida na evolução do capitalismo comercial. E se isso é verdade, a contribuição da América Latina, consubstanciada na transferência de valor para as economias centrais, teve importância igual ou maior do que o papel propriamente desempenhado pelas forças produtivas endógenas à economia europeia. Nesse sentido, vejamos a reflexão feita por Ruy Mauro Marini, a partir de Marx, acerca do método mais adequado para analisar o desenvolvimento do capitalismo: “Um segundo problema se refere ao método utilizado no ensaio, que se explicita na indicação da necessidade de partir da circulação para a produção, para empreender depois o estudo da circulação que esta produção engendra. Isso, que tem suscitado algumas objeções, corresponde rigorosamente ao caminho seguido por Marx. Basta recordar como, em *O capital*, as primeiras seções do livro I estão dedicadas a problemas próprios da esfera da circulação e somente a partir da terceira seção se entra no estudo da produção (...)” (MARINI, 2011, p. 175)

constitui mesmo o elemento econômico essencial da transição da fase comercial do capitalismo para sua fase industrial.

A produção capitalista, diferentemente das formas anteriores, possibilita ao agente econômico capitalista extrair valor diretamente no interior da produção, na medida em que, exercendo o controle direto, lhe é possível separar já no processo produtivo a mais-valia, do valor correspondente à remuneração da força de trabalho. Nas formas de produção pré-capitalistas (feudalismo, escravismo ou na pequena produção mercantil) isso não ocorre. Primeiro, porque o agente capitalista não é proprietário dos meios de produção, ele não controla diretamente o processo produtivo. Em decorrência disso, para apropriar-se de valor, o detentor de capitais precisa recorrer a uma esfera intermediária – o mercado, de onde irá extraí-lo. Assim, na esfera da circulação, o capitalista se apropria do produto excedente do trabalho e não, diretamente, do valor excedente produzido pela força de trabalho (mais-valia). A princípio, parece não existir diferença alguma, porque ao final do processo econômico, quando a mercadoria for consumida, tanto a mais-valia, quanto o mais-produto, se converterão em lucro, incrementando o capital inicialmente investido.

Sem embargo, o que é semelhante na aparência, pode conter uma diferença radical quando examinado em sua essência. Isso, porque o controle do processo de produção permite ao agente capitalista, no momento em que a modernização industrial modifica as condições técnicas de produção, aumentar a quantidade de mercadorias produzidas, em função da elevação da produtividade do trabalho. Para que esse processo possa se realizar por completo, quer dizer, para que o aumento da massa de produtos possa se converter numa quantidade igualmente superior de valor apropriado (mais-valia) é necessário que o progresso tecnológico afete, generalizadamente, as unidades produtivas de bens de consumo popular- aqueles bens destinados à satisfação das necessidades básicas da população operária. A maior quantidade de bens populares (ou bens-salário), possibilitada pela elevação da capacidade produtiva do trabalho, que deriva da circunstância de numa igual quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário produzir-se uma quantidade superior de mercadorias, significa que cada unidade de mercadoria (bem salário) requer uma quantidade menor de força de trabalho para ser produzida e, conseqüentemente, o valor real que cada unidade absorve será menor.

Desse modo, o salário real (cujo valor corresponde duplamente: primeiro, à participação do operário no novo valor criado pela força de trabalho; segundo, ao fundo de consumo do operário, suficiente à reprodução da força de trabalho em condições normais) pode gradativamente ser reduzido pelo capitalista, ao passo que, inversamente, a mais-valia de que ele se apropria pode ser ampliada²⁰. Portanto, a taxa de mais-valia (isto é, a relação entre o valor excedente e o valor aplicado na compra da força de trabalho) é a chave que regula a apropriação de valor na produção capitalista moderna. Esse mecanismo de apropriação de valor (designado por Marx de mais-valia relativa²¹) pressupõe, como condição *sine qua non*: 1) a produção industrial moderna, caracterizada pela presença da maquinaria, pelo grau elevado de produtividade do trabalho e pelo permanente incremento tecnológico; 2) a universalização efetiva do trabalho livre e assalariado; 3) a formação de um mercado interno bastante forte e dinâmico, baseado na capacidade de consumo da classe trabalhadora, em geral, e da população operária, em particular. Essas características, estruturais e dinâmicas, são as que explicam essencialmente a transformação da produção capitalista no eixo da produção e da apropriação de valor e, conseqüentemente, possibilitam compreender a sua capacidade de gerar uma elevada acumulação de capital.

Com efeito, a grande indústria moderna logrou converter o capitalismo no modo de produção mais dinâmico, em termos de produção de riqueza econômica, que até então se tinha. A produção capitalista caracteriza-se por ser especialmente dinâmica porque, em função do incremento das condições técnicas de produção, ela pode elevar a capacidade produtiva do trabalho bem acima do nível vigente nos modos de produção pré-capitalistas. Portanto, o crescimento da produção não está

²⁰ Essa lei da distribuição capitalista tende a operar livremente e de forma cada vez mais crescente em favor da mais-valia, a menos que seja contraposta por fatores extra-econômicos, como por exemplo a luta entre operários e patrões em torno da fixação do nível salarial. Essa ressalva, aliás, é feita por Ruy Mauro Marini no texto supracitado. Outro aspecto que convém destacar diz respeito àquilo a que nos referimos quando dizemos salário real. Isso se faz necessário porque, não obstante o valor real do salário possa decrescer, seguindo exatamente a tendência capitalista acima mencionada, a capacidade de consumo do operário pode ainda assim aumentar. Essa contradição se explica em razão de que o consumo refere-se principalmente à quantidade de mercadorias absorvida pelo operário e não, diretamente, à quantidade de valor apropriada pelo operário, no momento em que ocorre a distribuição entre salário e mais-valia. Esse complexo processo econômico, entretanto, somente ocorre nas produções capitalistas modernas, cujo padrão de acumulação de capital está centrado na mais-valia relativa e não na mais-valia absoluta.

²¹ Para uma explicação mais detalhada e precisa dessa movimento, em termos de utilização das categorias da economia política marxista, ver Ruy Mauro Marini, "o segredo da troca desigual", páginas 138, 139 e 140 (MARINI, 2011)

condicionado à intensificação da exploração da força de trabalho, como ocorre nas economias pré-capitalistas em geral, caracterizadas por um padrão de exploração altamente dependente do trabalho vivo e de massas enormes de braços disponíveis para o trabalho. Pelo contrário, na produção capitalista moderna o incremento da produção tende a ocorrer em função da instalação de máquinas e do progresso técnico contínuo, o que possibilita a existência de um potencial, com referência ao crescimento econômico, tecnológico e científico, muitas vezes superior em termos comparativos.

Por conseguinte, se se contempla, ao nível interno, as economias em que irrompeu a produção industrial, não será difícil constatar que essa forma específica de produção, por ser superior, relativamente aos modos de produção anteriores, tenderá a desdobrar-se no modo de produção dominante no interior daquela mesma economia e, conseqüentemente, a subordinar ou eliminar as formas econômicas pré-capitalistas. Assim, graças à criação da grande indústria moderna, o agente capitalista pôde, tanto penetrar na esfera da produção, quanto converter a produção especificamente capitalista no fator predominante da organização e do funcionamento daquela economia, vista em si como um sistema completo.

Com efeito, isso implica que a produção capitalista foi transformada no centro de gravidade do espaço econômico abrangido por esse sistema. As conseqüências daí decorrentes podem ser sintetizadas da seguinte forma: 1º) a produção industrial se converte no eixo vital da acumulação, a partir do qual passa-se a organizar a totalidade do processo econômico envolvido na valorização do capital, abrangendo-se diretamente as formas capitalistas e indiretamente as formas pré-capitalistas; 2º) simultaneamente, esse modo de produção se configura no núcleo hegemônico do espaço econômico interno, no sentido de que todas as formas econômicas (pré-capitalistas ou não industriais) passam a gravitar em torno dele, como satélites que orbitam em torno de um eixo, subordinando-se indiretamente à lógica do capital ou sendo diretamente engolfadas pelo desenvolvimento capitalista. Para finalizar a explicação, cabe um último apontamento. Na primeira síntese, quando empregamos o termo “eixo vital da acumulação”, estamos a nos referir mais precisamente à dimensão da exploração econômica e seus resultados; na segunda síntese, ao empregar o termo “núcleo hegemônico”, a referência está voltada para a dimensão do poder e do controle do processo econômico. Finalmente, ambas as dimensões,

exploração econômica e controle econômico, são partes articuladas e complementares que conformam a unidade do sistema econômico capitalista.

Na fase do desenvolvimento capitalista, cujo início pode ser demarcado historicamente, entre a metade e o último quarto do século XVIII, pelo desencadeamento da “Revolução industrial”, o ciclo do capital já se encontrará formado por completo. Com o desenvolvimento da produção capitalista moderna nas economias europeias avançadas, todas as etapas características do processo de acumulação de capital são absorvidas para o interior do espaço econômico dessas nações. Assim, em decorrência da realização completa do ciclo do capital no interior do território de um mesmo país, deu-se o aparecimento de uma economia nacionalmente integrada em bases capitalistas e portadora de todas as condições, estruturais e dinâmicas, para se desenvolver de forma autossustentada. Em outros termos, uma economia que, vista internamente como um conjunto, apresenta todas as suas fases - desde a produção e a distribuição, passando pela circulação até o consumo - centradas no interior do espaço nacional.

Uma economia com tais características, isto é, com estruturas e dinamismos econômicos próprios, teria de dar origem a um desenvolvimento capitalista com traços similares. Logo, o modelo de desenvolvimento capitalista engendrado por esse quadro econômico é definido, principalmente, pelo caráter autóctone de seu funcionamento. O que quer dizer que os impulsos que alimentam o processo econômico de valorização do capital, bem como os dinamismos que induzem o funcionamento, o crescimento, a aceleração, a diferenciação e a autonomização da economia são produzidos por estruturas nucleadas internamente. A dependência de impulsos externos é um fator apenas complementar para a economia nacionalmente integrada, no sentido de que ela organiza seu funcionamento essencial de modo que ele possa ocorrer baseando-se, principalmente, em condições internas. O que não quer dizer que a economia nacional prescindia de impulsos externos, já que conforme vimos o desenvolvimento capitalista verificado na Europa foi alimentado pela economia latino-americana (retornaremos a essa questão mais adiante). A complementaridade é definida aqui pelo fato do ciclo do capital das economias nacionais se realizar por completo no interior de seu próprio território.

Desse modo, contempladas do ponto de vista interno, as economias integradas nacionalmente funcionam como um sistema econômico autossustentado. A produção industrial cria uma massa de bens destinada, principalmente, a satisfazer as necessidades da população nacional. O mercado interno absorve, então, esses bens e se define, em termos de amplitude e de dinamicidade, em função do consumo das massas trabalhadoras, em geral, e do consumo da população operária, em particular, de um lado, e do consumo das classes não produtoras, de outro. A capacidade de consumo da classe trabalhadora é determinada pela massa salarial, que, por sua vez, representa uma parte da massa total de valor produzida; já a capacidade de consumo das classes não produtoras é determinada pela massa de mais-valia não acumulada. Eis o ciclo do capital no interior das autênticas economias nacionais: 1) a produção foi engendrada internamente; 2) a massa de valor criada foi distribuída entre salário e mais-valia; 3) as mercadorias foram trocadas no mercado interno e, por fim; 4) consumidas pela população local. Assim, segundo essa breve síntese ilustrativa (que optou por não incluir o consumo produtivo na equação) percebe-se que todas as fases do ciclo do capital se realizam internamente, quando estamos a tratar de economias autossustentadas.

Com efeito, um tipo de economia cujo desenvolvimento pode ser sustentado por impulsos autopropelidos, ou seja, impulsos produzidos por estruturas econômicas situadas internamente, terá de possuir, conseqüentemente, margens muito mais amplas para engendrar um modelo de desenvolvimento econômico autônomo. Ora, as economias europeias avançadas, ao forjarem o desenvolvimento capitalista industrial, já partiam de condições, estrutural e dinamicamente, propícias para configurá-lo como um modelo autônomo. Portanto, o modelo de desenvolvimento capitalista que predominou naquele contexto (vale dizer, no interior de economias nacionais que haviam forjado o capitalismo moderno a partir de forças endógenas) apresentava uma orientação nitidamente autônoma. Autonomia significava nessas circunstâncias: 1) o controle do processo de acumulação de capital exercido, predominantemente, por agentes capitalistas internos; 2) a direção da economia nacional, vista como um conjunto, segundo os interesses estratégicos da nação como um todo e das classes dominantes que a constituem. Em essência,

essas são as características típicas que definem o modelo de desenvolvimento capitalista independente.

Até aqui o quadro de exposição aberto por nós procurou apresentar os traços típicos que a economia nacional teria de assumir logo que o capitalismo ingressasse na fase industrial do seu desenvolvimento. A importância dessa caracterização encontra-se no fato de que, diante do parâmetro representado pelo moderno capitalismo industrial e pela economia nacional que ele engendra, torna-se possível: 1) identificar a existência da variante latino-americana; 2) descrever as características estruturais e funcionais que definem sua variação frente ao caso clássico; 3) expor as causas mais profundas que explicam a formação e o desenvolvimento de um similar tipo de capitalismo nas economias latino-americanas (e, em alguns casos, o seu não-desenvolvimento²²); 4) revelar sua vinculação à dinâmica capitalista externa e seu funcionamento interno; 5) distinguir as diferentes configurações que assume em cada etapa histórica e, finalmente; 6) compreender as determinações internas e externas que definem seu caráter dependente, periférico e subdesenvolvido. Ao fim e ao cabo, ai encontra-se condensada, de forma sintética, a linha de análise que dirige o presente trabalho. Igualmente, o enfoque que orienta o conjunto de nossas reflexões é determinado por esse quadro.

Como havíamos apontado, o desenvolvimento da produção capitalista tende a convertê-la, primeiramente, no modo de produção dominante no interior da economia local e, em seguida e conseqüentemente, estabelecer o capitalismo como o sistema de organização da totalidade do espaço econômico interno. Na sequência, a fase posterior desse movimento de expansão tenderá a realizar-se no plano externo. Isso porque, como a experiência histórica tem demonstrado, o desenvolvimento capitalista não se detém nos limites internos da economia que lhe engendrou. Seu movimento de expansão, depois de conquistada as bases nacionais, tende a se desdobrar para fora, buscando na economia internacional os espaços para crescer que já não encontra internamente. Esse padrão evolutivo é

²² Florestan Fernandes compreende que o desenvolvimento capitalista não se realizou da mesma forma nas diferentes economias latino-americanas, chegando a concluir, inclusive, que algumas delas foram obrigadas a suportar o não-desenvolvimento capitalista, mesmo depois de ocorrido a ruptura com o sistema econômico colonial. Vejamos o seguinte trecho em que o conceito de não-desenvolvimento é empregado: "Alguns desses países de origem colonial conheceram o não-desenvolvimento, outros o subdesenvolvimento, e todos tiveram enormes parcelas da riqueza nacional transferidas para o exterior, alimentando o esplendor do florescimento do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos (ou no Japão)." (FERNANDES, 2011, p. 89)

bastante revelador do caráter expansionista do capitalismo que emerge nas economias centrais. Vejamos, nesse sentido, o trecho emprestado de Marx com que Ruy Mauro Marini, não coincidentemente, abre seu texto, “Dialética da dependência”: “(...) o comércio exterior, quando se limita a repor os elementos (também enquanto a seu valor), não faz mais do que deslocar as contradições para uma esfera mais extensa, abrindo para elas um campo maior de atuação.” (MARINI, 2011, p. 132)

Nesse curto trecho, o que fica indicado é precisamente o fato de que o desenvolvimento capitalista quando se desdobra para fora, para além do espaço econômico interno, realiza essa projeção, fundamentalmente, segundo os mesmos critérios que o movem internamente, quais sejam: controle do processo econômico e exploração econômica. Sobre esses dois elementos, já havíamos feito menção nas páginas anteriores. Assim, quando antes discorriamos, ainda que brevemente, sobre o desenvolvimento capitalista hegemônico, referiamo-nos, sobretudo, ao tipo de capitalismo que procura se converter no núcleo hegemônico da economia mundial e em seu eixo vital de acumulação de valor. Seus móveis são definidos, principalmente, pela finalidade de absorver as maiores parcelas possíveis da riqueza produzida nas economias periféricas e pelo imperativo de nunca deixar que elas escapem da situação de heteronomia em que se acham, entendida aqui como padrão de desenvolvimento econômico.

Com efeito, a difusão do desenvolvimento capitalista a partir das modernas economias centrais para as economias periféricas, acabaria por repor as contradições, que se realizavam no interior do espaço econômico nacional, para a totalidade do espaço econômico mundial. A reprodução das contradições criadas pela produção capitalista, no entanto, não ocorre mecanicamente, como algo que pode ser transplantado de uma realidade para outra. Ela teria de ocorrer, segundo as variações determinadas pelos diferentes níveis históricos e pelas distintas configurações socioeconômicas envolvidos no processo de difusão do capitalismo do centro para a periferia.

Dito isso, uma primeira implicação produzida pelo desenvolvimento capitalista hegemônico diz respeito ao processo de apropriação econômica. Preliminarmente, faz-se necessário esclarecer o seguinte ponto, antes de adentrarmos propriamente

ao exame da questão. A principal contradição existente no interior de toda economia, cuja sociedade esteja dividida em estratos superpostos hierarquicamente, encontra-se no fato de que um agrupamento humano reduzido, em função de deter o controle da economia, pode apropriar-se da maior parte da riqueza socialmente produzida pelos agrupamentos numericamente majoritários. No que tange à moderna economia capitalista, essa contradição se expressa, de forma particular, no fato que os agentes econômicos capitalistas, que detém a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, acham-se em condições de se apropriarem da maior parcela da massa de valor produzida pela população operária. Eis, portanto, a contradição em geral da apropriação econômica, de um lado, e a forma especificamente capitalista que essa contradição assume nas modernas sociedades de classe, de outro.

A expansão do capitalismo industrial iria significar, para a América Latina, que sua economia seria engolfada pelo desenvolvimento capitalista irradiado das economias centrais. Desse modo, num primeiro momento, que se segue ao processo de independência e subsequente fundação de nações formalmente emancipadas, a América Latina deixaria de pertencer ao espaço econômico das potências coloniais. Isso pressupõe que os mecanismos coloniais responsáveis pelo controle das economias latino-americanas haviam sido eliminados (ou ao menos fortemente solapados), assim que o colapso do sistema colonial de dominação externa tornou-se inevitável diante da nova realidade imposta pelas nações capitalistas emergentes.

No que tange a essa nova realidade, interessa para a presente análise focar mais precisamente em seus aspectos econômicos, já que os elementos especificamente políticos que ela encerra foram abordados anteriormente. Com efeito, é suficiente acerca da nova realidade (cuja amplitude envolveu um processo de transição entre épocas históricas e de passagem de uma configuração econômica para outra) mencionar o fato de que ela estava vinculada a um movimento de reorganização do poder ao nível das nações que exerciam algum tipo de dominação externa. Tal movimento, materializado no conflito que opunha nações hegemônicas coloniais, de um lado, a nações capitalistas hegemônicas, de outro, iria produzir um novo sistema mundial, que para emergir, necessariamente, teria de suplantado o antigo sistema colonial vigente na América Latina.

Por conseguinte, o novo sistema mundial originado desse conflito teria de tratar-se, exatamente, do capitalismo. Ele haveria de se apresentar para a região como uma dupla realidade que se impõe de fora para dentro: 1º) tanto como um sistema econômico capitalista, no sentido de que a economia latino-americana passaria a ser absorvida diretamente pela economia capitalista internacional, cujo eixo de gravidade encontrava-se situado na moderna economia industrial; 2º) quanto como um sistema de poder burguês²³, no sentido de que as nações latino-americanas passariam a achar-se subordinadas diante da comunidade internacional de nações, cujo núcleo de poder estava constituído pelas nações capitalistas hegemônicas e suas classes burguesas internas. Esse breve parêntese que abrimos, onde mencionamos os fatores políticos que se encontram na raiz do processo histórico que converteu o capitalismo em um sistema econômico mundial, serviu, principalmente, para indicar que modificações econômicas dessa magnitude somente podem ocorrer sob o impulso de revoluções políticas que transformem radicalmente as estruturas de poder empenhadas em conservar o antigo estado de coisas.

Destarte, a nova realidade em que se encontram as economias latino-americanas passa a ser definida, fundamentalmente, pela contraditória circunstância de que, ao introduzirem o capitalismo, elas simultaneamente foram deslocadas para uma órbita em cujo eixo se encontra a moderna economia industrial europeia. Sem dúvida, essa situação contraditória revelar-se-ia como a condição *sine qua non* para a integração da América Latina na economia capitalista mundial. Por consequência, essa condição - predominantemente imposta de fora para dentro, mas em alguma medida também aceita a partir de dentro- determinou que a emancipação política

²³ Contemplado do ponto de vista internacional, o sistema de poder burguês de que estamos a tratar se define em três níveis diferentes e articulados: ao nível em que forças pertencentes a épocas históricas distintas confrontam-se para definir o padrão de civilização que sairá dominante em termos globais (se a civilização burguesa, a civilização feudal ou a civilização colonial); ao nível em que as nações capitalistas hegemônicas debatem-se contra as nações periféricas, sejam ou não de origem colonial, para impor a dominação externa como o padrão típico de relação vigente entre o conjunto das nações; ao nível em que as classes burguesas das nações hegemônicas competem, tanto com suas congêneres, quanto com as classes trabalhadoras das nações periféricas, para obter o controle das estruturas e dinâmismos fundamentais de suas economias. A nosso ver, essa é a concepção de análise subjacente à afirmação feita por Florestan Fernandes de que “a história possui vários níveis e direções” (FERNANDES, 1981, pag. 150). Em síntese, isso significa que as múltiplas determinações que conformam a realidade latino-americana e as variadas fases e dimensões de sua dependência procedem, todas elas, do conflito entre civilizações históricas, do embate entre nações e da luta entre classes sociais. Para verificar o emprego da terminologia “poder burguês” nos três sentidos mencionados acima, veja-se, por exemplo, o texto do autor “o que é revolução?” (FERNANDES, 2011)

(sempre relativa para a América Latina), ocorresse desassociada de uma correspondente emancipação econômica. Em outros termos, o conflito materializado pela existência simultânea da modernização capitalista, de um lado, e da satelitização capitalista, de outro, iria constituir-se em uma das principais contradições enfrentadas pelas economias latino-americanas em sua fase pós-colonial.

Dessa maneira, o modelo de desenvolvimento econômico que passou a operar nas periferias, sem embargo as transformações capitalistas introduzidas, continuou a ser um exemplar típico de economia heteronômica. E isso pode ser explicado, precisamente, em função de que o capitalismo irradiado das economias centrais não era absorvido somente como desenvolvimento econômico, mas também possuía um significado negativo para a região. Ele se apresentava de fato como um mecanismo de satelitização especificamente capitalista, responsável pelo controle e pela subordinação das economias latino-americanas em face do núcleo hegemônico externo, agora constituído pelas nações capitalistas centrais.

Não obstante, se, por um lado, faz-se mister identificar o elemento comum existente entre a configuração econômica própria do colonialismo e as configurações econômicas posteriores, próprias do neocolonialismo e da dependência em sentido restrito, por outro lado, é igualmente necessário destacar o elemento diferencial, isto é, as alterações de qualidade ocorridas no decurso da evolução econômica. Nisso consiste, exatamente, o desafio da investigação teórica e a chave para analisar corretamente as distintas fases históricas que marcam tanto a transição para o capitalismo, quanto as diferentes etapas de sua evolução interna na América Latina.

Nesse mesmo sentido, vejamos o seguinte trecho, extraído da “Dialética da dependência”, em que Ruy Mauro Marini adverte os estudiosos da heteronomia latino-americana sobre a necessidade de diferenciar suas distintas fases históricas, chamando atenção, especialmente, para a especificidade do período em que o capitalismo penetra na economia latino-americana:

“Entretanto, e aí reside a debilidade do trabalho de Frank [André Gunder Frank], a situação colonial não é a mesma que a situação da dependência. Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas; como bem afirmou Canguilhem [Georges

Canguilhem], 'o caráter progressivo de um acontecimento não exclui a originalidade do acontecimento'. A dificuldade da análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, discernir o momento em que a originalidade implica mudança de qualidade." (MARINI, 2011, p. 135)

Era indispensável, pois, dar algum tratamento a essa questão de ordem interpretativa, cuja importância para a análise crítica da realidade latino-americana tornou-se inegável. Isso porque não foi pouco frequente as caracterizações teóricas que, no afã de afirmar a vigência da heteronomia econômica da região, acabam por juntar todas as suas fases como se tudo tratasse de uma única e mesma situação. Esse afã, no entanto, não era acidental. Pelo contrário, ele possuía uma base concreta, sendo fortemente motivado pela necessidade de se contrapor ao domínio das teses "desenvolvimentistas", que apregoavam, como dito antes, que a superação da dependência adviria estritamente como resultado da modernização da economia latino-americana. Esse, em verdade, é um dos grandes méritos da teoria marxista da dependência e da sociologia crítica de Florestan Fernandes, porque, ademais, como afirmado anteriormente, nem todas as economias e sociedades da região ingressaram na etapa capitalista da mesma maneira. Lembremos o que afirmou o sociólogo:

Os povos de origem colonial ou não partilharam dessa evolução do capitalismo, ficando à margem das verdadeiras vantagens dessa civilização, ou participaram dela como colônias, semicolônias e nações dependentes, o que gerou várias formas de desenvolvimento capitalista controlado de fora e voltado para fora, no sentido de que as estruturas e os dinamismos de suas economias e de suas sociedades estavam sempre nucleados a centros externos, que exerciam ou pelo menos compartilhavam do comando da exploração capitalista. (FERNANDES, 2011, p. 89)

Com efeito, discernir as diferentes etapas da evolução interna do capitalismo e, adequadamente, classificar as economias da região conforme seu grau de desenvolvimento capitalista constituem, ambos, requisitos teóricos situados ao lado da exigência de identificar a natureza dependente do capitalismo latino-americano. A importância desses requisitos teóricos não se restringe, no entanto, ao plano de análise de cada país, considerado internamente, tampouco ao plano da região, considerada isoladamente. Para além disso, esse modo de investigar as

configurações econômicas adotadas na América Latina possibilita a formulação de uma análise integrativa e totalizadora, que somente pode ser realizada na medida em que se vincula a situação em que se encontra a região ao conjunto da economia capitalista internacional.

A perspectiva da totalidade converte-se, nesse caso, não apenas numa simples exigência da análise teórica; ela acaba mesmo por revelar toda sua consequência prática nos processos de transformações econômicas vividos pela América Latina²⁴. Isso, porque o grau de evolução interna do capitalismo, quanto estamos a tratar de economias dependentes, é determinado predominantemente pelo desenvolvimento capitalista hegemônico, propagado das nações centrais. Colocando a situação em outros termos, o que estamos a dizer é que cada uma das etapas do desenvolvimento capitalista latino-americano²⁵, que engendrou por sua vez um modelo econômico específico (desde o modelo exportador ao modelo industrial), correspondeu também a um tipo de heteronomia econômica produzido pela dominação externa.

Por conseguinte, a fase neocolonial (ou, dizendo em termos mais precisos, o neocolonialismo, como tipo de heteronomia econômica imposto em face da América

²⁴ Vejamos, nesse sentido, o exemplo das revoluções ocorridas na região, que para superarem as configurações econômicas engendradas pelo desenvolvimento capitalista dependente (ou mesmo pelo não-desenvolvimento), tiveram de assumir uma perspectiva de ruptura com os vínculos e determinações propagados do exterior: Algumas das principais revoluções proletárias de nossa época têm essa origem [antagônica à dominação externa imperialista] e a opção pelo socialismo se deu exatamente para enfrentar e resolver os problemas e os dilemas sociais que o capitalismo colonial, o capitalismo neocolonial e o capitalismo dependente não se colocam (nem podem se colocar). (FERNANDES, 2011, p. 90)

²⁵ Em sua obra máxima “A revolução burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação sociológica”, Florestan Fernandes, ao analisar a introdução do capitalismo na economia latino-americana, realiza uma rigorosa caracterização das configurações socioeconômicas que ele engendrou em cada uma das fases históricas de seu desenvolvimento interno. Esse quadro analítico, em toda sua riqueza de categorias, é fornecido pelo autor na terceira parte do estudo, intitulada “Revolução Burguesa e Capitalismo dependente”. Ali, examinando o caso particular do Brasil, o autor pôde descrever todas as fases, incluindo a mais avançada, que o capitalismo de natureza dependente chegou a manifestar na região. Segundo sua classificação, são essas as suas etapas: 1) Emergência e expansão do mercado capitalista moderno; 2) Emergência e expansão do capitalismo competitivo; 3) Emergência e expansão do capitalismo monopolista. (FERNANDES, 1981). Em um nível de abstração mais elevado, o autor identifica ainda a fase do “capitalismo neocolonial” e a fase do “capitalismo dependente”, como dois momentos distintos do desenvolvimento capitalista na América Latina, engendrados, sucessivamente, pelo “neocolonialismo” e pela “dependência em sentido restrito”, entendidos aqui como tipos de heteronomia econômica impostos de fora para dentro pelo capitalismo hegemônico. (FERNANDES, 2011, p. 90)

Latina) ao substituir os antigos mecanismos coloniais de controle econômico por mecanismos especificamente capitalistas, acabou por engendrar, conseqüentemente, um novo modelo de satelitização do continente e um novo padrão de apropriação do excedente econômico da região. Relembremos aqui, outra vez, que os conceitos de satelitização e apropriação referem-se, simultaneamente, às funções de controle e exploração econômica, sendo um e outro partes constitutivas da introdução do capitalismo na América Latina.

A primeira etapa da penetração capitalista nas economias latino-americanas caracterizou-se, fundamentalmente, pela formação de um mercado capitalista especificamente moderno, em substituição ao mercado colonial vigente. O mercado externo, responsável por articular a produção interna à economia capitalista mundial, passaria por modificações modernizadoras²⁶, em termos funcionais e estruturais, que o fariam operar crescentemente segundo os interesses dos agentes capitalistas externos. Assim, as economias latino-americanas, contempladas na perspectiva do sistema capitalista em seu conjunto e, principalmente, no que diz respeito às vinculações com os centros hegemônicos externos, passaram a ser exploradas e controladas predominantemente por nexos econômicos capitalistas.

Não obstante, o controle e a exploração capitalistas mencionados somente podiam operar de forma indireta. Isso acontecia porque na fase neocolonial, a apropriação e a satelitização das economias latino-americanas transcorriam, predominantemente, através de mecanismos que operavam na esfera da troca. E pelas razões expostas em momento anterior (quando tratamos do ciclo do capital), a troca constitui nessas circunstâncias uma esfera intermediária entre a produção interna e a apropriação realizada pelos agentes capitalistas externos. Desse modo, o mercado capitalista moderno, como esfera exterior de circulação de mercadorias entre nações, introduz nas economias dependentes as seguintes tendências econômicas: “1) preponderância da exportação; 2) importação como mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola; 3) dependência em face do exterior para formar e aplicar o excedente econômico.” (FERNANDES, 1981, p. 87)

²⁶ “Desse ângulo, a principal função do referido mercado [capitalista moderno] consistia em absorver e reorientar o impacto modernizador (ao nível institucional) do mercado externo, que operava, essencialmente, com um mercado que exportava desenvolvimento econômico capitalista (e não somente firmas, controles econômicos e produtos acabados, como estratégia para conquista de uma posição hegemônica no comércio internacional do País e de apropriação indireta da maior parcela possível de excedente econômico gerado).” (FERNANDES, 1981, p. 225)

Eis, portanto, o quadro da heteronomia econômica engendrado pelo neocolonialismo. Essa situação de mercado (quer dizer, essas tendências econômicas que operam ao nível do mercado), em parte herdada do período colonial, foi reconfigurada pelas economias capitalistas modernas e centrais, que produziram o modelo de desenvolvimento capitalista hegemônico e o modelo de desenvolvimento capitalista dependente como as faces de uma mesma moeda. Com efeito, a situação de heteronomia econômica em que se encontra a região converte-se, em grande medida, no resultado do deslocamento das contradições do centro para a periferia do mundo capitalista, tal como advertia a citação marxiana²⁷ com que Ruy Mauro Marini inicia a “Dialética da dependência”.

Com efeito, enquanto se preservasse a contradição da heteronomia, três tendências econômicas estariam sempre a operar na América Latina: 1) transferência de valor²⁸ produzido internamente para as economias centrais; 2) ruptura do ciclo do capital (produção, distribuição, troca e consumo) das economias dependentes; 3) satelitização das economias periféricas, cujas estruturas e dinamismos acham-se nucleados às economias capitalistas centrais e hegemônicas. Desse modo, em nenhum momento do desenvolvimento capitalista na América Latina, seja na etapa da economia exportadora, seja na etapa da penetração segmentada da indústria, ou mesmo na etapa em que emerge a economia industrial avançada, ele poderia chegar a impor:

1°) a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista); a desagregação do antigo regime e de suas sequelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção troca e circulação; 3°) a superação de estados relativos de subdesenvolvimento inerentes à satelitização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza.

Isso quer dizer que o desenvolvimento capitalista sempre foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes, segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da

²⁷ Dialética da dependência (MARINI, 2011, p. 131)

²⁸ Para uma explicação mais detalhada e precisa do funcionamento da transferência de valor, operada particularmente através das relações comerciais desiguais, em termos de utilização das categorias da economia política marxista, ver Ruy Mauro Marini, “o segredo da troca desigual”, págs. 138 a 147. (MARINI, 2011)

população não-possuidora do mercado e do sistema de produção especificamente capitalistas; e dinamismo socioeconômicos débeis e oscilantes, aparentemente insuficientes para alimentar a universalização efetiva (e não apenas legal) do trabalho livre, a integração nacional do mercado interno e do sistema de produção em bases genuinamente capitalistas, e a industrialização autônoma. Desse ângulo, dependência e subdesenvolvimento não foram apenas 'impostos de fora para dentro'. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana. (FERNANDES, 1981, p. 223)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que apresentamos buscou abrir um amplo painel de reflexão, em que o desenvolvimento capitalista e as distintas configurações econômicas e sociais que ele engendrou na América Latina pudessem ser discutidos a partir de uma perspectiva totalizadora. Com efeito, procuramos fazer uma breve contextualização dos pressupostos históricos e das condições estruturais e funcionais do capitalismo clássico e do capitalismo latino-americano. Com isso foi possível: explicar a emergência de tipos de capitalismo que não eram somente radicalmente distintos, mas também eram articulados e interdependentes; e inferir as tendências evolutivas que predominam, seja no desenvolvimento dos modelos capitalistas, seja no desenvolvimento das economias e das sociedades que eles engendram.

Chegamos à conclusão de que, em seu desenvolvimento histórico, o capitalismo tende a conformar um modo de organização da economia que não se detém em bases estritamente nacionais. A expansão comercial, engendrada pelo capitalismo mercantil, lançou as bases para a criação de um sistema econômico de amplitude mundial. A consolidação desse sistema foi concluída com o advento da etapa industrial do capitalismo.

Com efeito, diante da nova realidade materializada na consolidação do sistema capitalista mundial, engendra-se entre as distintas nações que foram absorvidas pela lógica de reprodução do capital: centros e periferias; dominação externa e heteronomia; desenvolvimento, subdesenvolvimento e o não-desenvolvimento. Essas características e funções opostas foram recriadas pelo capitalismo e formam, sob sua égide, uma unidade, como os lados de uma mesma moeda.

BIBLIOGRAFIA

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Disponível em: <
<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf> >
Acessado em: 27/03/2017

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e Sociedade no Brasil - Ensaio sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERNANDES, Florestan. Clássicos sobre a revolução brasileira - O que é revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HEGEL, Georg. Princípios da filosofia do Direito, 1997. Disponível em: <
<http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/03/Princ%C3%ADpios-da-Filosofia-do-Direito.pdf> > Acessado em: 15/03/2017

LENIN, Vladimir. O Estado e a revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010

MARINI, Ruy Mauro. Ruy Mauro Marini – Vida e Obra – Dialética da dependência. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDEL, Ernest. Introdução ao Marxismo, 1977. Disponível em: <
<https://www.ernestmandel.org/es/escritos/pdf/Introduccionalmarxismo.pdf>
>

Acessado em: 12/08/2018.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo, 2011. Disponível em:
<https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13152.pdf>. Acessado em 10 de
setembro de 2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina, 2005.
Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acessado em 17 de fevereiro de 2017.